



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Março/2010



**Ministério do Meio Ambiente**  
**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 31 de março de 2010

## Sumário

1. Identificação .....	1
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos .....	4
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas .....	4
2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	6
2.3. Programas .....	14
2.4. Desempenho Operacional.....	70
2.4.1. Programação Orçamentária .....	70
2.4.2. Execução Orçamentária.....	72
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais .....	76
2.4.4. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ.....	76
2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais .....	77
3. Informações Sobre a Composição de Recursos Humanos .....	77
4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	79
5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores .....	79
6. Informações Sobre Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício.....	80
7. Previdência Complementar Patrocinada .....	80
8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	80
9. Renúncias Tributárias.....	81
10. Operações de Fundos.....	81
11.1. Recomendações dos Órgãos de Controle .....	81
11.2. Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU.....	83
12. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício.....	85
13. Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV .....	85
14. Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão.....	85
15. Informações Contábeis da Gestão .....	86
16. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins.....	86

## Principais Siglas e Abreviações

ACADEBIO	Academia Nacional da Biodiversidade
ALAP	Área sobre Limitação Administrativa Provisória
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
CECAV	Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas
CEMAVE	Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres
CENAP	Centro Nacional de Pesquisas e Conservação de Mamíferos Carnívoros
CEPAM	Centro de Pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia
CEPENE	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste
CEPERG	Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos
CEPNOR	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte
CEPSUL	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul
CEPTA	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais
CMA	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais
COPOM	Centro Nacional de Orquídeas, Plantas Ornamentais, Medicinais e Aromáticas
CPB	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros
CR	Coordenação Regional
DIBIO	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
DIREP	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
DIUSP	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
EE	Estação Ecológica
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental
ENCEA	Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
GDAEM	Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental
MONA	Monumento Natural
PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
PARNA	Parque Nacional
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PN	Parque Nacional
RAN	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAMAR	Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas
UAAF	Unidade Avançada de Administração e Finanças
UC	Unidade de Conservação

# 1. Identificação

Poder e Órgão de Vinculação		
<b>Poder:</b> Executivo		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério do Meio Ambiente		<b>Código SIORG:</b> 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação completa:</b> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		
<b>Denominação abreviada:</b> ICMBio		
<b>Código SIORG:</b> 91842	<b>Código LOA:</b> 44207	<b>Código SIAFI:</b> 44207
<b>Situação:</b> Ativa		
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia		
<b>Principal Atividade:</b> Regulação, Controle, Definição de Política e Coordenação do Meio Ambiente; Administração Federal, Estadual, Municipal		<b>Código CNAE:</b> 8412-4
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 3341-9247	(061) 3341-9260
<b>Endereço eletrônico:</b> presidencia@icmbio.gov.br		
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.icmbio.gov.br">www.icmbio.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> EQSW 103/104, bloco "C", 2º andar - Complexo Administrativo Sudoeste, CEP: 70.670-350, Sudoeste, Brasília - DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007 – D.O.U de 29/08/07		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 6.100 de 26 de abril de 2007 – D.O.U de 27/04/07		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
-		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
110407	DEPARTAMENTO DE PLANEJ. ORCAMENT. FINANCEIRO	
154004	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	
160005	54 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA	
160346	COMANDO DE FRONTEIRA RONDONIA/6 BIS	
193033	IBAMA - GERENCIA EXECUTIVA - JI-PARANA/RO	
193099	IBAMA - COORDENACAO-GERAL DE FINANÇAS - CGFIN	
193100	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO AMAZONAS/AM	
193101	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE ALAGOAS/AL	
193102	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO AMAPA/AP	
193103	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DA BAHIA/BA	
193104	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO CEARA/CE	
193105	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO ACRE/AC	
193106	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DISTRITO FEDERAL/DF	
193107	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO ESPIRITO SANTO/ES	
193108	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE GOIAS/GO	
193110	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO MARANHAO/MA	
193111	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE MINAS GERAIS/MG	
193112	IBAMA - SUPERINTENDENCIA MATO GROSSO SUL/MS	
193113	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO MATO GROSSO/MT	
193114	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO PARA/PA	
193115	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DA PARAIBA/PB	
193116	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE PERNAMBUCO/PE	
193117	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO PIAUI/PI	

193118	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO PARANA/PR
193120	IBAMA - SUPERINTENDENCIA RIO GRANDE NORTE/RN
193121	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE RONDONIA/RO
193122	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE RORAIMA/RR
193124	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO RIO GRANDE SUL/RS
193125	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE SANTA CATARINA/SC
193126	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE SERGIPE/SE
193129	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DE SAO PAULO/SP
193130	IBAMA - ESCRITORIO REGIONAL-PARNAIBA/PI
193183	IBAMA - SUPERINTENDENCIA DO TOCANTINS/TO
193356	IBAMA - GERENCIA EXECUTIVA - SANTAREM/PA
193400	IBAMA - GERENCIA EXECUTIVA - MARABA/PA
443019	COORD.-GERAL DE PLANEJ. E ORC./COPLAN-/JBRJ
443020	INST. PESQ. JARDIM BOTANICO DO RJ
443033	INSTITUTO CHICO MENDES - SEDE
443034	INST.CHICO MENDES DE CONS. DA BIO - CPB
443035	INST.CHICO MENDES DE CONS. DA BIO CENAP
443036	INST.CHICO MENDES DE CONS. DA BIO PNSO
443037	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. PNI
443038	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. RAN
443039	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. CEPERG
443040	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. CEPTA
443041	INST.CHICO MENDES DE CONSER DA BIO - CEPENE
443042	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO.CEPSUL
443043	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO.TAMAR
443048	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. PNIGUACU
443050	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. CEMAVE
443051	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. CMA
443052	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO.IPANEMA
443053	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIO. CEPNOR
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
00001	TESOURO NACIONAL
15279	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR
19211	INST.BRAS.DO MEIO-AMBIENTE E DOS REC.NAT.REN.
44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ
44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
110407	00001
154004	15279
160005	00001
160346	00001
193033	19211
193099	19211
193100	19211
193101	19211
193102	19211
193103	19211
193104	19211

193105	19211
193106	19211
193107	19211
193108	19211
193110	19211
193111	19211
193112	19211
193113	19211
193114	19211
193115	19211
193116	19211
193117	19211
193118	19211
193120	19211
193121	19211
193122	19211
193124	19211
193125	19211
193126	19211
193129	19211
193130	19211
193183	19211
193356	19211
193400	19211
443019	44206
443020	44206
443033	44207
443034	44207
443035	44207
443036	44207
443037	44207
443038	44207
443039	44207
443040	44207
443041	44207
443042	44207
443043	44207
443048	44207
443050	44207
443051	44207
443052	44207
443053	44207
443053	44207

## **2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos**

### **2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas**

#### **2.1.1. Competência Institucional**

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, foi criado pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de:

I – Executar as ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais no que diz respeito à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II – executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável, instituídas pela União;

III – fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV – exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V – promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidas, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde essas atividades sejam permitidas.

Para responder pelos muitos e complexos desafios de suas atribuições, o Instituto conta atualmente com cerca de 2.000 servidores distribuídos em todo o território nacional. Estão sob a responsabilidade do Instituto 304 Unidades de Conservação Federais, que representam aproximadamente 78 milhões de hectares, o equivalente a cerca de 9,1% do território nacional, e 15 Centros Nacionais de Pesquisa para a Conservação, a saber: CMA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos; CPB – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros; CEMAVE – Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres; CEPAM – Centro de Pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia; RAN – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios; CENAP – Centro Nacional de Pesquisas e Conservação de Mamíferos Carnívoros; CEPTA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais; TAMAR – Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas; CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais; CECAV – Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas; COPOM – Centro Nacional de Orquídeas, Plantas Ornamentais, Medicinais e Aromáticas; CEPERG – Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos; CEPENE – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste; CEPESUL – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul; e CEPNOR – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte.

Assim, para cumprir sua missão, o Instituto Chico Mendes realizou em 2008, com o apoio de empresa especializada no ramo, a primeira fase de seu planejamento estratégico com o objetivo de elaborar proposta de estrutura organizacional básica, modelo de governança e modelo institucional de parcerias para a gestão de Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa e Conservação, os quais vêm sendo seguidos desde então. Nessa modelagem, o ICMBio desenvolve suas atividades segundo processos de trabalho, que geram produtos (bens ou serviços) entregues aos beneficiários, e que se agrupam em macroprocessos. Dessa forma, tem conseguido administrar com mais organicidade a sede e as unidades descentralizadas distribuídos pelo Brasil.



## 2.1.2. Objetivos Estratégicos

Seguindo a divisão dos processos de trabalho por macroprocessos, pode-se listar os objetivos estratégicos do ICMBio para cada macroprocesso de trabalho. Uma apresentação sintética das realizações do Instituto, também dividida por macroprocessos, será apresentada no próximo item.

**Macroprocesso Gestão Socioambiental:** Promover ações relacionadas à gestão participativa nas UCs, educação ambiental, gestão de conflito e capacitação de público externo.

**Macroprocesso Populações Tradicionais:** Executar e desenvolver políticas referentes ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis nas comunidades extrativistas e populações tradicionais nas UCs de uso sustentável instituídas pela União.

**Macroprocesso Uso Público e Negócios:** Ampliar em qualidade e quantidade de visitação, com estabelecimento de contratos comerciais, cobrança de serviços ambientais e o uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios econômicos para o Sistema de Unidades de Conservação Federais e contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

**Macroprocesso Consolidação Territorial:** Identificar e transferir para o ICMBio o domínio ou posse dos imóveis contidos no interior do perímetro decretado de cada Unidade de Conservação.

**Macroprocesso Criação, Planejamento e Avaliação de UCs:** Desenvolver e implementar ferramentas e ações voltadas à criação e gestão de UCs Federais.

**Macroprocesso Proteção:** Desenvolver mecanismos e coordenar as ações de proteção nas UCs Federais.

**Macroprocesso Manejo para Conservação:** Desenvolver ferramentas de gestão da biodiversidade voltadas para a redução do impacto de diversas atividades humanas sobre as espécies.

**Macroprocesso Pesquisa e Monitoramento:** Fomento e execução de pesquisas para conservação da biodiversidade, com ênfase em espécies ameaçadas e gestão de UCs.

**Macroprocesso Gestão de Compensação Ambiental e Recursos Especiais:** Promover a gestão dos recursos de compensação ambiental e sistematizar os recursos especiais, fontes externas ao Tesouro e que auxiliam na manutenção e sustentabilidade das unidades.

**Macroprocesso Gestão de Pessoas:** Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do ICMBio, visando agregar, aplicar, avaliar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar o capital humano por meio de ações éticas e responsáveis orientadas para os resultados.

**Macroprocesso Administração e Tecnologia da Informação:** Fazer a gestão de recursos logísticos e tecnológicos de modo integrado e estratégico, otimizando os recursos.

**Macroprocesso Finanças e Arrecadação:** Promover a modernização administrativa no que tange à proposição de ferramentas e metodologias para ampliar a efetividade da gestão institucional, por meio da articulação com parceiros internos e externos, do monitoramento físico e financeiro dos programas orçamentários sob responsabilidade do ICMBio, além da elaboração e execução de recursos públicos em benefício das unidades do Instituto.

**Macroprocesso Planejamento Operacional e Orçamento:** Promover a modernização administrativa, propondo ferramentas e metodologias para ampliar a efetividade da gestão institucional, além do aporte de recursos orçamentários à execução das atribuições do Instituto.

**Macroprocesso Ouvidoria:** Ser um canal direto de comunicação dos cidadãos com o ICMBio e dar a esses cidadãos respostas claras e conclusivas a suas denúncias, sugestões e reivindicações.

## **2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

### **2.2.1. Resumo das Principais Decisões, Sucessos e Resultados Positivos:**

#### **Macroprocesso Gestão Socioambiental**

Gestão participativa e educação ambiental:

- Encea – Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação em UCs: elaboração do documento preliminar, realização de oficinas para debate;
- Mutirão Arco Verde: planejamento e realização das operações; e
- Projeto OCCA: conclusão das atividades e elaboração de material para publicação sobre a experiência.

Conselhos de Unidades de Conservação:

- 22 Conselhos instituídos por portaria; e
- 8 cursos de capacitação de conselheiros de conselhos gestores de UC.

Promoção e participação em eventos:

- Encontro Nacional de RESEX Costeiras Marinhas;
- Congresso Nacional das Populações Tradicionais;
- Oficina de integração SEAP e ICMBio;
- IV SAPIs – Simpósio de Áreas Protegidas e Inclusão Social;
- Encontro da Rede AISAPIs – Impactos Sociais de Áreas Protegidas;
- Encontro das catadoras de Mangaba e extrativistas do norte de Minas; e
- VI Fórum de Educação Ambiental.

#### **Macroprocesso Populações Tradicionais**

Comunidades tradicionais:

- Realização de oficinas para as comunidades, projetos educativos e ações visando o desenvolvimento social;
- Firmados compromissos de emissão de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso para as organizações comunitárias de 13 Reservas Extrativistas, até julho de 2010;
- Apoio às atividades de campo das equipes na expedição científica na FLONA Pau Rosa no Rio Paracuni e primeira visita institucional às comunidades; e
- Articulação institucional com Prefeitura de Araiões/MA, secretários, lideranças locais das Canárias e FUNASA/PI, para tratar de resíduos sólidos e saneamento para comunidades extrativistas.

Produção e uso sustentável:

- Foco no manejo de uso múltiplo em diversas Unidades de Conservação de uso sustentável, dentre as quais destacamos: FLONA Tapajós, FLONA Macauã e São Francisco, FLONA Araripe e APA Chapada do Araripe, RESEX Arapixi, RESEX Riozinho do Anfrízio, RESEX Cazumbá-Iracema e RESEX Chico Mendes.

## **Macroprocesso Uso Público e Negócios**

### Serviços Ambientais:

- Apoio e acompanhamento de Projeto de Lei proposto pelo Ministério do Meio Ambiente, que trata de mecanismos e fundamentos jurídicos para pagamento de serviços ambientais.

### Desenvolvimento de Negócios:

- No exercício de 2009 foram trabalhadas 12 Unidades de Conservação visando à concessão de serviços ambientais.

### Visitação:

- Existem hoje cerca de 100 Unidades de Conservação abertas à visitação, que receberam em 2009 cerca de 3,8 milhões de visitantes.

### Melhorias em UCs:

- Projetos de reforma para visitação, incluindo planos de revitalização, construção de trilhas, reformas na infra-estrutura, sinalização e outros, realizados nas seguintes unidades: PARNA Marinho Fernando de Noronha/PE, PARNA Marinho dos Abrolhos, PARNA Iguaçu, PARNA Restinga de Jurubatiba, PARNA de Brasília, PARNA Serra dos Órgãos, PARNA Chapada dos Guimarães, PARNA Chapada dos Veadeiros, PARNA Lençóis Maranhenses, PARNA Anavilhanas, PARNA Serra do Divisor, PARNA Jericoacoara, FLONA de Ipanema, APA Costa dos Corais, PARNA de Ubajara, PARNA Serra das Confusões, PARNA Serra da Capivara, Campos Amazônicos e PARNA da Tijuca.

## **Macroprocesso Consolidação Territorial**

- Elaboração e Publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 2/2009, que regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em Unidades de Conservação Federais de domínio público;
- Vistoria de avaliação e instrução processual de imóveis a serem desapropriados nas UCs: PARNA Restinga de Jurubatiba/RJ, PARNA de Bodoquena/MS, PARNA de Lagoa do Peixe/RS, PARNA da Serra da Canastra/MG e PARNA da Chapada Diamantina/BA;
- Acompanhamento e avaliação dos estudos de levantamentos fundiários das Reservas Extrativistas (criadas ou em processo de criação) nas seguintes UCs: Recanto das Araras de Terra Ronca/GO, Lago do Cedro/GO, Acaú-Goiana/PB/PE, Bequimão/MA, Carutapera/MA, Rio Novo dos Lençóis/MA, Curumataí/MG, Buritizeiro/MG, Córregos Tamanduá e Poções/MG, Sempre Vivas/MG, Areião e Vale do Guará/MG, Luciara/MT, Arapixi/AC, Baixo Juruá/AC, Rio Jutai/AC, Auati-Paraná/AC, Verde para Sempre/PA, Cazumbá – Iracema/AC e Rio Iriri/PA;
- Definição de instrumento normativo e procedimentos para transferência de terras públicas federais e de bens da União localizados em Unidades de Conservação para o ICMBio, resultando na publicação da Portaria Interministerial nº 436/2009, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso;
- Realização do I Seminário de Consolidação Territorial de Unidades de Conservação – Brasília/DF;
- Padronização de procedimentos de análise de processos administrativos de regularização fundiária;
- Reunião do Grupo de Apoio Técnico para Regularização Fundiária em Áreas Urbanas da Amazônia Legal;

- Acompanhamento de perícia judicial de desapropriação indireta de imóveis localizados nos PARNAs Grande Sertão Veredas/BA e Serra da Bocaina/SP/RJ;
- Apoio técnico ao Ministério do Desenvolvimento Agrário na regularização fundiária em áreas urbanas da Amazônia Legal;
- Elaboração do Projeto Básico para Contratação do Sistema de Informações sobre Consolidação Territorial de Unidades de Conservação;
- Definição de metodologia e procedimentos e acompanhamento da demarcação das UCs localizadas na BR-319;
- Ida a campo para reconhecimento das áreas públicas localizadas na BR 319, elaboração de projeto de Assentamento e participação na reunião do comitê interministerial da BR 319 ocorrida em Porto Velho/RO; e
- Elaboração do Projeto Básico e articulação interinstitucional e com organismos internacionais para viabilizar contratação do Sistema de Informações sobre Consolidação Territorial de Unidades de Conservação.

### **Macroprocesso Criação, Planejamento e Avaliação de UCs**

Criação de Unidades de Conservação:

- A conservação da biodiversidade brasileira foi fortalecida com a criação de mais Unidades de Conservação em 2009, sendo três reservas extrativistas, um monumento natural e 29 RPPNs, totalizando 380.328 hectares; e
- Redefinição de limites das RESEX Baía do Iguape (BA) e FLONA Roraima (RR).

Mosaicos e corredores:

- Execução do Projeto Corredores Ecológicos – Corredor Central da Mata Atlântica (PNUD BRA/00/09); e
- Elaboração e aprovação do Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão, em Cooperação Técnica com a Agência Japonesa de Cooperação – JICA e Agência Brasileira de Cooperação – ABC.

### **Macroprocesso Proteção**

Logística operacional:

- 556 agentes de fiscalização receberam uniformes;
- 728 agentes receberam formulários de fiscalização;
- 252 fiscais receberam armamento acautelado; e
- 403 fiscais receberam colete balístico acautelado.

Capacitação (ICMBio em conjunto com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal):

- Realização de 12 cursos de formação/atualização de fiscais;
- 253 novos agentes de fiscalização formados;
- 202 agentes capacitados em abordagem e fundamentos do tiro;
- Realização de 1 curso de formação de instrutores, totalizando 20 servidores capacitados; e
- Realização de 1 curso de geoprocessamento com foco em planos de proteção, com 21 agentes de fiscalização formados.

Programa de voluntariado:

- Implantação do Programa de Voluntariado do ICMBio; e
- Adesão de 2 UCs ao Programa.

Planos de proteção:

- Revisão de 5 planos de proteção; e
- Normatização do roteiro metodológico para elaboração de planos de proteção.

Sala de monitoramento:

- Implementação da sala de monitoramento e informações ambientais; e
- Emissão diária dos boletins e notas informativas sobre incêndios em unidades de conservação.

Ações de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais:

- 86 UCs atendidas;
- 1.407 brigadistas contratados;
- 2.800 pessoas capacitadas;
- 10 servidores formados no Sistema de Gerenciamento de Incidentes; e
- Sistema digital de cadastramento e contratação de brigadistas implementado.

### **Macroprocesso Manejo para Conservação**

Recursos pesqueiros:

- Levantamento das comunidades íctias;
- Reordenamento das metodologias para coleta de material biológico das pilombetas spp., lagosta, camarão, lagostim e piramutaba, e aplicação da nova biometria das espécies mencionadas; e
- Revisão do estado de conservação de 5 grupos de peixes: labrídeos, scarídeos, epinephelinídeos, lutjanídeos e cianídeos; construção da rede para revisão do estado de conservação de outros 7 grupos; e participação na construção dos planos para elasmobrânquios, emalhe e peixes do Paraíba do Sul.

Conservação e recuperação dos biomas brasileiros:

- Criação do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico e revisão dos marcos legais;

Conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos;

- 100 espécies da fauna ameaçadas de extinção e migratórias foram beneficiadas; e
- 40 espécies da flora do cerrado beneficiadas.

### **Macroprocesso Pesquisa e Monitoramento**

- Pesquisas realizadas em 87% das UCs;
- Realização do I Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do ICMBio;
- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO;
- Revisão da IN 154, com a participação do Comitê Técnico de Assessoramento do SISBIO, composto por sociedades científicas e órgãos da administração pública federal;

- O SISBIO foi premiado no 13º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Com apenas um ano de funcionamento, concorreu com outras 161 iniciativas no âmbito do serviço público federal;
- Cerca de 14.500 pesquisadores cadastrados no SISBIO;
- Fomento a 8 projetos de conservação, uso e recuperação da biodiversidade (54 trabalhos com a participação de 18 unidades do ICMBio, que geraram conhecimento relacionado à riqueza e uso da biodiversidade das UCs, métodos de manejo de paisagem e espécies, envolvimento social e avaliação das espécies brasileiras e sistematização do conhecimento);
- Monitoramento e controle das espécies calitriquídeos invasores;
- Gestão de compensação ambiental e recursos especiais; e
- Foram concedidas 1,7 mil autorizações e licenças para coleta de material biológico com fins científicos e de execução de pesquisas em UCs Federais.

### **Macroprocesso Gestão de Pessoas**

#### Gestão da Educação:

- Implantação da Academia Nacional da Biodiversidade – AcadeBio, espaço voltado para a promoção da conservação da biodiversidade por meio da construção do conhecimento pelo processo de ensino e aprendizagem. Instalada pela Portaria nº 528, de 4 setembro de 2009, a AcadeBio visa efetivar a proposta do ICMBio de garantir e investir na capacitação permanente de seus servidores por meio do desenvolvimento de competências.
- 157 novos servidores formados no Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e UCs;
- 9 oficinas para planejamento das aulas no Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e UCs;
- 20 instrutores formados em armamento e tiro;
- 11 tutores formados em EaD;
- 331 servidores formados nos cursos de abordagem, armamento e tiro;
- 253 servidores formados nos cursos de fiscalização;
- 55 processos de solicitação para participação de eventos de capacitação deferidos (seminários, congressos, conferências e outros eventos de capacitação);
- 576 vagas disponibilizadas e utilizadas em processos de formação;
- Lançamento da Plataforma de Educação a Distância – EaD;
- 5 cursos realizados na plataforma EaD.

#### Carreira e Competência:

- Realização do Concurso Público e lotação de 175 novos Analistas Ambientais em 126 unidades da Amazônia Legal;
- Solicitação de autorização para realização de concurso para preenchimento de cargos de Analista Administrativo (nível superior) e de Técnico Ambiental e Técnico Administrativo (nível médio);
- Concretização do Concurso Interno de Remoção, com a adequação da lotação de 105 servidores em todos os Biomas;
- Total de 190 remoções em todas as modalidades;
- 37 redistribuições realizadas entre o ICMBio, IBAMA e MMA;

- Ampliação da comunicação com os servidores e com a sociedade com a criação da Seção “Pessoas” no Boletim “ICMBio em FOCO” e com reestruturação do “Portal do Conhecimento” no sítio do Instituto;
- Lançamento do Programa ICMBio Estágio, com 39 estagiários contratados;
- Iniciada a construção do Sistema de Gestão de Pessoas do ICMBio;
- Regulamentação da GDAEM e do estágio probatório; e
- 648 progressões funcionais.

#### Administração de Pessoal:

- 172 servidores efetivos ingressos por concurso público;
- Aproximadamente 1.400 brigadistas admitidos; e
- Além destes, o ICMBio conta com colaboradores assíduos que incrementam a força de trabalho da instituição.

### **Macroprocesso Administração e Tecnologia da Informação**

- Ampliação do atendimento de contratos como os de vigilância, apoio administrativo, limpeza, manutenção e abastecimento de veículos;
- Aquisição de mais de 350 computadores portáteis tipo notebooks, 550 computadores tipo desktop, 160 caminhonetes 4x4 e 3.000 pneus para atendimento à frota do ICMBio;
- Instalação de aproximadamente 800 pontos de rede na Sede do ICMBio; e
- Aquisição de todo o material e equipamentos para as ações de prevenção e combate a incêndios em 2010.

### **Macroprocesso Finanças e Arrecadação**

#### Arrecadação

- Os recursos com as receitas realizadas (Fonte SOF 250) totalizaram R\$ 34.932.670,84, superando em 82,95% o exercício de 2008; e
- O crescimento de arrecadação no ultimo quadrimestre de 2009 originou-se da receita de Autorização da Supressão de Vegetação.

#### Receitas

- Em 2009, o ICMBio destacou na Fonte SOF 250 o crescimento na receita Serviços Recreativos e Culturais, que corresponde às visitas nas Unidades de Conservação, com pagamento de ingressos, obtendo aumento real no valor de R\$ 3.314.510,51, um crescimento de 28,90% em comparação com o exercício anterior. Na receita com Serviços Administrativos houve um acréscimo relevante em virtude de recolhimento dos valores referentes às Autorizações para Supressão de Vegetação.

### **Macroprocesso Planejamento Operacional e Orçamento**

- Em 2009 foi discutida proposta de decreto estabelecendo uma nova estrutura regimental para o ICMBio, atualmente está em análise no Governo Federal.
- O sistema FaçaProjeto subsidiou a elaboração da proposta orçamentária para 2010, pois permitiu conhecer as demandas das Unidades quanto às necessidades de serviços, obras, reformas, equipamentos etc; e

- Início das atividades voltadas para a revisão do Plano Plurianual – PPA 2008-2011, visando ajustar as ações no PPA à realidade do Instituto Chico Mendes, de forma a otimizar a execução física e financeira destas.

#### Execução Orçamentária

- O Instituto Chico Mendes encerrou o exercício de 2009 com suas metas orçamentárias atingidas, apesar das dificuldades, resultantes principalmente do contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, registrando alta execução dos recursos disponíveis, tanto em custeio, quanto em investimento; e
- Além dos recursos próprios, o ICMBio recebeu e repassou significativo montante de recursos, a título de destaque, de outras instituições.

#### **Macroprocesso Ouvidoria**

Foram recebidas 485 manifestações, sendo que destas apenas 132 (27,21%) foram da alçada do ICMBio. As demais, no quantitativo de 353, oriundas do Sistema SISLIV, tratavam de manifestações pertinentes a Unidades de Conservação e/ou órgãos/entidades de esferas municipais ou estaduais.

#### **2.2.2. Fundamento das principais decisões e óbices à administração:**

A criação do ICMBio, em 2007, ocasionou longa greve dos servidores que impactou significativamente as atividades do novo instituto. Somado a isso, restrições estruturais fizeram com que medidas emergenciais fossem tomadas para suprir as Unidades de Conservação e Centros Especializados, quando se iniciou a gestão orçamentária e financeira em 2008. Os servidores lotados nos Centros Especializados foram rapidamente redistribuídos do IBAMA para o ICMBio, mas os demais servidores tiveram atraso na sua redistribuição, ocasionando grande morosidade principalmente na montagem da equipe meio, trazendo impactos significativos na implementação da gestão administrativa, orçamentária e financeira.

Apesar da equipe reduzida, quando da liberação do orçamento em abril de 2008, iniciaram-se as licitações dos contratos nacionais, que começaram a beneficiar as unidades descentralizadas a partir do segundo semestre daquele ano.

Contudo, todas essas restrições estruturais ainda levam o ICMBio a utilizar medidas excepcionais para atender às demandas das unidades descentralizadas, como o uso frequente de cartões corporativos e os destaques orçamentários para o IBAMA, supra citados.

O decreto que regulamentará a estrutura adequada ao funcionamento do ICMBio ainda está em análise no Governo Federal, ocasionado distorção entre as necessidades administrativas e operacionais e a estrutura atualmente regulamentada. Existem ainda vários conflitos referentes às atribuições do IBAMA e do ICMBio, que não estão claras no Decreto nº 6.100/2007, atualmente em vigor.

Os programas e ações do ICMBio não demonstram na sua totalidade a realidade do Instituto, pois, com sua criação pela Lei nº 11.516/2007, foi necessário redistribuir as ações já atribuídas no PPA ao IBAMA para o ICMBio. Como consequência, os Programas e Ações das áreas finalísticas não caracterizam adequadamente as atribuições do ICMBio, fato que se repetirá para o exercício de 2010, considerando que na reformulação do PPA de 2009 não foi autorizada a alteração/inclusão de ações do PPA. Essa inadequação prejudica a adequada execução das ações atualmente atribuídas a este Instituto.

As características logísticas do Instituto Chico Mendes são complexas e bastante peculiares. Possuindo grande capilaridade, é um dos órgãos federais com maior presença permanente em municípios, tendo interface direta com mais de 1.000 municípios brasileiros, sendo em grande parte municípios pequenos, remotos, com baixo IDH, de difícil acesso e/ou em áreas de fronteira. Por exemplo, dos 10 municípios com menor IDH do País, o Instituto Chico Mendes está presente em 4 deles, desenvolvendo ações não só vinculadas à proteção do meio



ambiente, mas também aproximando a população das políticas públicas de desenvolvimento social, justiça, saúde e educação, sendo em grande parte destes municípios o único órgão público federal presente.

As demandas de suprimento de meios existentes vão dos serviços e materiais básicos ao funcionamento de qualquer repartição pública, tais como fornecimento de água tratada, energia elétrica, serviços de telefonia, serviços de limpeza e vigilância, material de expediente, entre outros, até a contratação de serviços de maior complexidade, tais como o de comunicação satelital, aeronaves para operações de fiscalização e combate a incêndios, aquisição de equipamentos específicos como armamento, veículos especialmente adaptados às condições dos terrenos a que serão expostos, maquinários de laboratório de última geração utilizados em pesquisas genéticas, entre outros.

Há que se mencionar que contratações que para muitos órgãos são consideradas de baixa complexidade, no caso do Instituto Chico Mendes, tornam-se complexas e muitas vezes são inviabilizadas. Para citar alguns casos concretos:

- Aquisição de combustível - Seriam necessários mais de 1.000 contratos para atender a todas as necessidades existentes nas unidades. As primeiras tentativas de licitações se mostraram inviabilizadas em razão da falta de interesse dos postos revendedores locais em fornecer ao Governo Federal ou da falta da documentação necessária para habilitação. Neste caso, o Instituto firmou contrato, em nível nacional, com empresa administradora de serviços de abastecimento e manutenção para sua frota de mais 1.000 veículos. Ainda assim, o órgão sofre problemas em algumas unidades que possuem sede em municípios nos quais os postos de abastecimento só aceitam como meio de pagamento moeda em espécie;
- Vigilância e limpeza – Constantemente, nas regiões mais remotas do País, grande parte dos pregões dá resultados desertos. Para as unidades na Amazônia Legal, desde agosto de 2009 se buscam meios de contratação para esses serviços, mas as empresas locais se negam a aceitar até mesmo a contratação direta, alegando que a tabela estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não lhes dá condições de participarem dos certames. Como resultado, diversas unidades naquela região estão sem serviço de vigilância e limpeza;
- Serviço de Telefonia Fixa Comutada – Para a Amazônia Legal, o Instituto realizou duas licitações para cada localidade, as quais deram desertas para a modalidade local. Consultadas, as operadoras alegaram desinteresse em prestar o serviço. A Anatel foi acionada e, após mais de 8 meses de negociação, o Instituto está promovendo contratação direta junto às operadoras; e
- Material de Expediente – Licitações para fornecimento nas localidades dão desertas. O Instituto vem promovendo aquisições centralizadas, tendo que arcar com custos de distribuição visto que o uso da modalidade de Suprimento de Fundos para aquisição está sendo questionada pela Controladoria Geral da União.

O Instituto Chico Mendes possui quantitativo de servidores na área administrativa que beira a calamidade, visto que nunca foi realizado concurso público para os cargos de Analista Administrativo e Técnico Administrativo, seja agora ou à época em que a gestão da conservação da biodiversidade cabia ao IBAMA, criado no ano de 1989. Diante da deficiência de pessoal da área administrativa do IBAMA, e considerando que grande parte deste pessoal se concentrava na sede ou nas superintendências daquela autarquia, poucos servidores foram redistribuídos para o ICMBio. Visando suprir essa necessidade de pessoal, solicitou-se, através do Aviso nº 251/2009/GM/MMA, a criação de vagas e a autorização para realização de concurso público para o preenchimento de cargos de Técnico Administrativo e de Analista Administrativo.

A despeito da insuficiência de quadros, o Instituto desenvolveu um plano de capacitação de servidores para o exercício de 2009. Denominado Plano Anual de Capacitação 2009, este plano, proposto pelo Comitê de Capacitação do ICMBio a partir de consultas aos Chefes de Centros Especializados e Unidades de Conservação, faz parte de uma estratégia definida pela direção do Instituto no sentido de propiciar ao quadro de servidores formação e capacitação continuada de acordo com as diretrizes institucionais, numa estrutura própria e adequada. O Plano Anual de Capacitação é composto por diversos cursos, dentre os quais três são prioridades

institucionais: Formação dos Novos Analistas Ambientais, Formação e Capacitação de Fiscais e Formação em Gestão Pública.

No exercício de 2009, a principal realização do Plano de Capacitação foi a implantação da Academia Nacional da Biodiversidade – AcadeBio, inaugurada em 8 de setembro.

Localizada no interior da Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó/SP, a AcadeBio aproveita as instalações do antigo Centro de Treinamento em Engenharia Agrícola, desativado em 1990, e o espaço daquela unidade para a realização de aulas práticas. O aproveitamento daquela estrutura se justifica por vários motivos, dentre os quais: o resgate do patrimônio público, a economia dos custos de capacitações futuras, a internalização dos investimentos na própria instituição e, principalmente, a possibilidade de gerar no corpo funcional o sentimento de pertencimento e de identidade, uma vez que a AcadeBio está instalada numa Unidade de Conservação.

A estratégia de suprimento de meios atualmente se dá mediante o estabelecimento de contratos de magnitude nacional formulados pela sede do Instituto e para atender às peculiaridades de contratos locais, promoveram-se rearranjos em 10 Unidades Gestoras Executoras, que existiam em algumas Unidades de Conservação e Centros de Pesquisa e que atendiam a duas ou três estruturas, transformando-as em Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAF), que passaram a atender em média a 30 estruturas. Persiste ainda o passivo da inexistência de UAAs na Região Norte, onde estão concentradas as maiores áreas de conservação do País. Mesmo após 2 anos de constantes tentativas, ainda não foi possível a criação das 4 UAAs previstas para aquela região por falta de pessoal qualificado. Atualmente o atendimento a estas estruturas se dá na sede do Instituto, sobrecarregando a capacidade administrativa nela existente e inviabilizando o papel de planejamento de gestão administrativa nacional de longo prazo.

Apesar de em muitas unidades do Instituto Chico Mendes a utilização do suprimento de fundos somente ser viabilizada na modalidade saque, o Cartão de Pagamento do Governo Federal é um mecanismo imprescindível e extremamente eficaz na gestão das Unidades de Conservação. Ocorre que estas aquisições, apesar dos motivos já expostos sobre as peculiaridades do funcionamento do Instituto e da demonstração pela opção do uso da modalidade em razão dos princípios emanados pela Constituição Federal da eficiência e da economicidade, vêm sendo constantemente questionadas pela Controladoria Geral da União, já que o ICMBio não está incluído no Regime Especial de Execução previsto no Decreto nº 93.872/86.

Diante desse contexto, e devido à transversalidade das atividades desenvolvidas pelo ICMBio, demonstraremos a seguir os resultados das diversas ações que, em alguns casos, podem não traduzir perfeitamente a consistência do resultado obtido.

## 2.3. Programas

### 2.3.1 Programa 0052 – Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Promover a articulação institucional e a cidadania ambiental por meio do fortalecimento do SISNAMA, da educação ambiental, da participação e do controle social
<b>Objetivos específicos</b>	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis
<b>Gerente do programa</b>	Samyra Brollo de Serpa Crespo
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	-

<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais
-------------------------------------	---

## Principais ações do programa

- 8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental

### 2.3.1.1. Ação 8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Contribuir por meio da educação ambiental para o fortalecimento de grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental na participação e controle social da gestão ambiental pública e na construção da sustentabilidade de seus territórios de vida.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento e articulação de processos formativos junto a usuários de recursos ambientais, grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental e outros atores que atuam diretamente com esse público, propiciando: a qualificação de sua atuação, a interpretação crítica de seus contextos socioambientais, o fortalecimento da cidadania socioambiental e o aprofundamento da dimensão socioambiental nas suas organizações, o desenvolvimento e a consolidação de alternativas de segurança alimentar, trabalho e renda, e contribuindo para democratização do acesso destes grupos a informações sobre políticas públicas de seu interesse. Desenvolver diretrizes, instrumentos e metodologias para a elaboração e monitoramento de ações de educação ambiental, mediação de conflitos, entre outros em: criação e gestão de unidades de conservação; qualidade ambiental; licenciamento de petróleo, gás e outras atividades; manejo de recursos pesqueiros, fauna e flora.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Fernando Maier Souza
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

Os principais resultados dessa ação foram:

- Participação na elaboração do documento preliminar da Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação em UCs – ENCEA. Apoio na divulgação da proposta e realização de ações para debate do documento entre gestores de UCs Federais, lideranças extrativistas e sociedade em geral através da promoção de fóruns em eventos. Realização de 2 oficinas junto às Coordenações Regionais de Manaus e do Rio de Janeiro para contribuições ao Documento;
- Participação no planejamento e realização das operações do Mutirão Arco Verde em diferentes estados e municípios da Amazônia, articulando também a participação de gestores de UCs e Coordenações Regionais do ICMBio, bem como a divulgação interna deste processo, com foco nos 8 municípios onde estavam inseridas UCs Federais;
- Finalização de processos e publicação de Portarias instituintes de 22 novos conselhos de UCs Federais;
- Apoio técnico e viabilização de recursos para realização de reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos das Unidades de Conservação. Orientações e avaliação das propostas de regimento interno;
- Realização de oficina para construção de Instrução Normativa para formação e funcionamento de Conselhos Consultivos de UCs;

- Realização de 8 cursos de capacitação de conselheiros de Conselhos Gestores Unidades de Conservação Federais e apoio à realização de ações de capacitação em outras UCs.

### 2.3.2 Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

<b>Tipo de programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b>Objetivo geral</b>	-
<b>Objetivos específicos</b>	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
<b>Gerente do programa</b>	Atividades Padronizadas
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Atividades Padronizadas
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	-
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

#### Principais ações do programa

- 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

#### 2.3.2.1. Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

<b>Tipo</b>	Operações Especiais
<b>Finalidade</b>	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
<b>Descrição</b>	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

Encerramos o ano de 2009 com 30 aposentados e 14 beneficiários de pensão, que geraram uma despesa de R\$ 1.049.586,72.

### 2.3.3 Programa 0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional
<b>Objetivos específicos</b>	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação
<b>Gerente do programa</b>	Maria Cecília Wey de Brito
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	-
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aquícultores e sociedade

#### Principais ações do programa

- 2272 - Gestão e Administração do Programa
- 2933 - Prospecção, Avaliação e Monitoramento dos Estoques Pesqueiros
- 2C99 - Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos – REVIMAR
- 4965 - Ordenamento Pesqueiro em Reservas Extrativistas
- 8352 - Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros

As 5 ações referentes ao Programa 0104 – Recursos Pesqueiros Sustentáveis foram executadas pelos centros de pesquisa e gestão de recursos pesqueiros: CEPERG – Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos; CEPENE – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste; CEPSUL – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul; e CEPNOR – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte. Durante o ano de 2009, as atividades voltadas ao uso dos recursos pesqueiros realizadas por esses centros foram compartilhadas com o IBAMA e, tendo em vista a transversalidade das ações, os resultados conjuntos estão apontados abaixo.

Entende-se que a vinculação desses centros à estrutura do ICMBio foi equivocada pois suas atividades dizem respeito à exploração de recursos naturais e não à conservação da biodiversidade. Como forma de não criar óbice ao funcionamento desses centros, os dirigentes do ICMBio e do IBAMA acordaram partilhar as despesas, tendo ficado o custeio sob incumbência do ICMBio e as despesas com atividades finalísticas sob responsabilidade do IBAMA.

Por outro lado, o CEPTA - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais, após sua vinculação ao ICMBio, mudou seu enfoque de atuação, sendo hoje um centro direcionado à conservação da fauna, dedicando-se à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento de processos voltados à conservação da biodiversidade de peixes continentais brasileiros.

Para o exercício de 2009, 5 de seus projetos de pesquisa tiveram foco direcionado à ampliação de espécies ameaçadas estudadas, à ampliação das ações de pesquisa em Unidades de Conservação, à manutenção de

atividades voltadas a pesquisa e monitoramento de peixes continentais, à realização de estudos sobre indicadores de qualidade ambiental, bem como à participação do Centro na elaboração de Planos Nacionais de Ação para Recuperação de Espécies Ameaçadas de Extinção e à participação na revisão da lista de espécies ameaçadas. São eles:

#### **Monitoramento da ictiofauna ameaçada do Rio Paraíba do Sul.**

- Resultados alcançados: realização da primeira reunião para a elaboração do Plano de Ação; realização de duas campanhas de captura de surubim-do-paraíba (*S. parahybae*), porém, sem sucesso; e manutenção de banco genético dessa espécie no CEPTA (60 indivíduos F1).

#### **Caracterização de Estoque de *Brycon* vermelha, bacias hidrográficas dos Rios Mucuri e São Mateus.**

- Resultados alcançados: realizada expedição ao Rio Pampam com o objetivo de capturar exemplares de vermelha e transportá-los para o CEPTA para formação de banco genético "ex situ". No total, foram capturados 17 exemplares jovens de *Brycon* vermelha, que foram estocados em um viveiro estufa no CEPTA. Concomitantemente, está sendo realizado diagnóstico do estado de conservação da espécie *Brycon* vermelha; captura e transporte, durante o esforço de captura da *Brycon* vermelha no Rio Pampam, de um exemplar de *Hemichilus wheatlandii*, espécie que consta do livro vermelho na categoria ameaçada de extinção.

#### **Pesquisa genética e reprodutiva para a conservação da Piracanjuba.**

- Resultados alcançados: formação de um plantel de reprodutores de piracanjubas oriundas do Rio Verde/MS, com coletas e transporte também de exemplares de pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*); formação de um plantel de reprodutores de F1 de piracanjubas oriundas de peixes selvagens adquiridos na CESP; coleta de amostras de fragmentos de nadadeira de piracanjubas da região de Foz do Iguaçu/PR; início das análises genéticas moleculares do material coletado; e publicação de artigos científicos relativos a outras espécies do mesmo gênero.

#### **Conservação e monitoramento da biodiversidade de peixes da bacia hidrográfica dos rios Araguaia–Tocantins.**

- Resultados alcançados: foram coletados no rio Tocantins (Tucuruí/PA), realizada biometria e fixados materiais de 62 exemplares de piraibas para caracterização genética de população da espécie na bacia hidrográfica dos rios Araguaia-Tocantins e para realização de estudos parasitológicos; na APA Meandros do Araguaia foram realizadas capturas dos peixes em lagoas temporárias isoladas do rio e em lagoas perenes, no período de seca. Ao todo, foram identificadas 96 espécies e restam 20 a identificar. Caracterização genética dessas espécies encontra-se em andamento; estudos parasitológicos foram efetuados em 217 peixes representantes de 22 espécies; e trabalho submetido e aceito no "1º Simpósio Nacional de Taxonomia e Biodiversidade 2009".

#### **Gestão da Biodiversidade da Ictiofauna Pantaneira: Subsídios para Monitoramento de UCs por Meio de Indicadores.**

- Resultados alcançados: georreferenciamento de 40 pontos amostrais para monitoramento das populações de peixes no PARNA do Pantanal Matogrossense, parte dos quais serão utilizados para a construção do índice. Publicação no exterior de três trabalhos em revista especializada; apresentação de resultados de estudos da fauna de myxozoários parasitos de pintado (*P. corruscans*) e cachara (*P. fasciatum*), examinados no Pantanal Matogrossense, no "XIV International Conference on Diseases of Fish and Shellfish", realizado pela Sociedade Européia de Patologistas de Peixes em Praga, Republica Tcheca.

### 2.3.3.1 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	193099 IBAMA - Coordenacao-Geral de Financas - CGFIN 193103 IBAMA - Superintendencia da Bahia/BA 193129 IBAMA - Superintendencia de Sao Paulo/SP 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443039 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPERG 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443041 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio - CEPENE 443042 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPESUL 443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema 443053 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

Os recursos foram utilizados para manutenção da Sede e de Unidade Descentralizadas deste Instituto.

### 2.3.3.2 Ação 2933 - Prospecção, Avaliação e Monitoramento dos Estoques Pesqueiros

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Efetuar levantamentos sistemáticos para conhecimento da situação dos estoques pesqueiros, bem como da bioecologia e sócioeconomia relacionadas com os seus usos.
<b>Descrição</b>	Serão realizados cruzeiros de avaliação, fiscalização e controle de estoques, por meio de métodos diretos (eco-integrador) e indiretos (varredura de área) nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, visando estimar o potencial de pesca dos estoques de peixes pelágicos e demersais. Também serão desenvolvidas/adaptadas novas tecnologias de captura como alternativa àquelas causadoras de grandes impactos ambientais bem como possíveis impactos aos recursos pesqueiros advindos das atividades de exploração de petróleo e gás. Para esses trabalhos serão utilizados os barcos de pesquisa do IBAMA e das universidades parceiras. Quando necessário, serão realizados treinamentos dos técnicos dos centros especializados do IBAMA sobre métodos de avaliação de estoques. Os centros também receberão equipamentos utilizados em campo e laboratório para execução dos cruzeiros.

<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443034 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB 443039 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPERG 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443041 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio - CEPENE 443042 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL 443053 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

No âmbito do ICMBio, esta ação tem como foco a geração de informações sobre populações de peixes, com o objetivo de estabelecer medidas para a conservação das espécies, sobretudo as espécies ameaçadas.

Foram realizados os projetos para levantamento das comunidades íctias por meio dos seguintes projetos: Conservação e monitoramento de peixes da bacia hidrográfica dos Rios Araguaia e Tocantins; Gestão da biodiversidade da ictiofauna da bacia do Rio Paraguai; Bioecologia do baixo Rio São Francisco; e Monitoramento da pirambeba do complexo lagunar de Mundaú.

### 2.3.3.3 Ação 2C99 - Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos – REVIMAR

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Gerar informações contínuas mediante o monitoramento das pescarias sobre os principais estoques pesqueiros das diferentes regiões da costa brasileira, com vistas à definição/implementação de políticas públicas que venham garantir a conservação e a utilização sustentável das espécies capturadas nas áreas marítimas sob jurisdição nacional.
<b>Descrição</b>	Controle e monitoramento e avaliação das pescarias através de dados de captura e esforço, além da obtenção e disponibilização de dados oceanográficos e biológicos, a fim de proporcionar a geração contínua de informações essenciais para definição/implementação de políticas públicas, que possam garantir a conservação e a utilização sustentável e divulgação das informações necessárias para o processo de co-gestão das pescarias nacionais e da minimização dos danos causados pela atividade de exploração de petróleo e gás.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	443042 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL

Foram reordenadas as metodologias para realização das coletas de material biológico das pilombetas spp., lagosta, camarão, lagostin e piramutaba, assim como aplicação da nova biometria das espécies mencionadas.



### 2.3.3.4 Ação 4965 - Ordenamento Pesqueiro em Reservas Extrativistas

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Gerar renda para os extrativistas e manter os recursos pesqueiros.
<b>Descrição</b>	Organização, nas áreas de Reservas Extrativistas existentes em todo território nacional, do uso sustentável dos recursos pesqueiros, por meio da inclusão nos planos de manejo de uso múltiplo. Geração de estatísticas de captura para controle e avaliação dos estoques pesqueiros.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	193100 IBAMA - Superintendência do Amazonas/AM 193102 IBAMA - Superintendência do Amapá/AP 193103 IBAMA - Superintendência da Bahia/BA 193104 IBAMA - Superintendência do Ceará/CE 193107 IBAMA - Superintendência do Espírito Santo/ES 193120 IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN 193129 IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443053 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

No ano de 2009 foram realizadas variadas atividades relativas à promoção do ordenamento pesqueiro nas Unidades de Conservação, em benefício de seus usuários e da manutenção dos estoques pesqueiros.

Foram promovidas atividades em conjunto com lideranças comunitárias locais e outros usuários, no âmbito do planejamento e do zoneamento das Reservas Extrativistas, como por exemplo, nas RESEX da região do Salgado Paraense, beneficiando suas comunidades, como as de Porto Grande, São Francisco, Santa Clara, Santana, Baunilha, Guarajuba, Guarajubinha, São Domingos, Brasilândia, Centro, Pantanal, Coqueiro e Deolândia.

O Encontro Nacional das Reservas Costeiras Marinhas, no qual estiveram presentes lideranças comunitárias das 22 RESEX costeiras marinhas criadas, seus respectivos gestores pelo ICMBio e lideranças dos movimentos sociais da pesca, assim como a oficina de articulação entre ICMBio, IBAMA, MMA e Ministério da Pesca e Aquicultura, foram ambas atividades que contribuíram para a construção de entendimentos e agendas de compromissos institucionais visando o alcance dos objetivos desta ação.

### 2.3.3.5 Ação 8352 - Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Elaborar e implementar, de forma participativa, envolvendo Governo e sociedade, atividades voltadas para a conservação e uso sustentável dos recursos pesqueiros.

<b>Descrição</b>	Elaboração e implementação, sob coordenação do MMA/ICM dos Planos de Gestão e Recuperação para as espécies constantes da lista nacional de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção e sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, visando à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Os planos de gestão serão elaborados podendo ter como unidade de planejamento: espécies - pela importância econômica e social da espécie; ecossistemas - pela heterogeneidade de habitats e interação entre ecossistemas marinhos; ou bacias hidrográficas - pelo alinhamento com as políticas de gestão de recursos hídricos. A elaboração dos planos inclui a realização de diagnósticos e estudos específicos, avaliações e proposições de medidas e estratégias, considerando as esferas socioambiental e econômica. O conjunto dos planos e sua implementação incluirão o aporte e sistematização de iniciativas, projetos e estratégias de gestão de recursos pesqueiros e de conservação da biodiversidade aquática já existente e/ou planejada. Como resultados dos Planos de Gestão e Recuperação serão desenvolvidas melhores práticas de gestão, incluindo áreas de manejo de pesca e gestão ecossistêmica, regulamentações para o uso e conservação desses recursos, proposição a aplicação de instrumentos econômicos e socioambientais, aperfeiçoamento de procedimentos de comando e controle, capacitação e educação ambiental e monitoramento dos impactos dos Planos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	193100 IBAMA - Superintendência Do Amazonas/AM 193103 IBAMA - Superintendência Da Bahia/BA 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443039 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPERG 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443041 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio - CEPENE 443042 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL 443053 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

No âmbito do ICMBio foram desenvolvidas ações relativas a elaboração e implementação de planos para recuperação de espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção, bem como a revisão da lista peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção.

Foi verificado o estado de conservação de 5 grupos de peixes: labrídeos, scarídeos, epinephelinídeos, lutjanídeos e cianídeos. Além disso, foi construída uma rede para revisão do estado de conservação de outros 7 grupos. Construíram-se também planos para elasmobrânquios, amalhe e peixes do Paraíba do Sul.

#### 2.3.4 Programa 0503 - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Promover a queda contínua e consistente do desmatamento, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros
<b>Objetivos específicos</b>	Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros
<b>Gerente do programa</b>	Roberto Messias Franco

<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Programa multisetorial
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Sociedade

## Principais ações do programa

- 6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas

### 2.3.4.1. Ação 6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Prevenir e combater os incêndios florestais, bem como controlar as atividades de queimadas.
<b>Descrição</b>	Realização de atividades de fiscalização e controle de queimadas nas Unidades de Conservação Federais, bem como prevenção e combate à ocorrência de incêndios florestais, visando a redução da área queimada, dos impactos ambientais e a reabilitação das áreas afetadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443035 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA

Visando fortalecer a área de prevenção, atendimento e combate a incêndios florestais e emergências ambientais no Instituto, foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de 82 cursos de formação de brigadistas, totalizando 2.800 pessoas formadas, das quais 1.407 foram contratadas para atuar nas brigadas das Unidades de Conservação Federais;
- Realizaram-se, ainda, 2 cursos de Sistema de Comando de Incidentes (SCI), tendo como resultado 10 servidores formados;
- Estruturação das UCs com brigadas, o que se deu sobretudo por meio da aquisição de materiais, tais como: uniformes, ração operacional, barracas modulares, equipamentos de proteção individual e de combate a incêndios;
- Operações de prevenção e combate a incêndios florestais em 86 Unidades de Conservação Federais, destacando-se as ações preventivas e de apoio na ESEC Serra Geral do Tocantins/TO; e
- Elaboração de Notas Informativas e Boletins a respeito da ocorrência de focos de calor e incêndios florestais nas Unidades de Conservação Federais.

### 2.3.5 Programa 0506 - Nacional de Florestas

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Aprimorar o licenciamento ambiental e desenvolver instrumentos de planejamento e gestão ambiental em apoio ao desenvolvimento sustentável

<b>Objetivos específicos</b>	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social
<b>Gerente do programa</b>	Maria Cecília Wey de Brito
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa Multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Programa Multisetorial
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

## Principais ações do programa

- 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário

### 2.3.5.1. Ação 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas, agregando valor à produção, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população.
<b>Descrição</b>	Identificação de comunidades locais e populações tradicionais, controlando e apoiando os processos de destinação não onerosa dos recursos florestais; Promoção da capacitação de comunitários e técnicos, para o controle florestal, para o manejo florestal comunitário, para a prestação de assistência técnica florestal, para o processamento e agregação de valor à produção e para sua comercialização; Diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e conservação dos recursos florestais manejados por comunidades.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Fernando Maier Souza
<b>Unidades executoras</b>	193102 IBAMA - Superintendência do Amapá/AP 193104 IBAMA - Superintendência do Ceará/CE 193108 IBAMA - Superintendência de Goiás/GO 193111 IBAMA - Superintendência de Minas Gerais/MG 193114 IBAMA - Superintendência do Pará/PA 193115 IBAMA - Superintendência da Paraíba/PB 193117 IBAMA - Superintendência do Piauí/PI 193120 IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN 193122 IBAMA - Superintendência de Roraima/RR 193125 IBAMA - Superintendência de Santa Catarina/SC 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443048 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU 443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema

Os esforços realizados focaram o manejo de uso múltiplo em diversas Unidades de Conservação de uso sustentável, dentre as quais destacamos: FLONA Tapajós, FLONA Macauã e São Francisco, FLONA Araripe e APA Chapada do Araripe, RESEX Arapixi, RESEX Riozinho do Anfrízio, RESEX Cazumbá-Iracema e RESEX Chico Mendes.

O resultado deste esforço foi a exploração de látex da seringueira, sementes em geral, cacau nativo, castanha, casca do Ipê, óleo de copaíba e andiroba, semente de andiroba, jatobá, cipó, breu, babaçu (produtos), mel, açaí, lenha, pequi, látex da janaguba e madeiras em geral.

Apesar do número extremamente reduzido de servidores lotados nas Unidades de Conservação da Região Norte do País, dificuldades de acesso às comunidades e dificuldades no escoamento da produção, poucas iniciativas de assistência técnica específicas para produtos do agroextrativismo, piorada pelos baixos preços, além do estado de conservação ou até indisponibilidade de veículos (carros, caminhões, caminhonetes, barcos e voadeiras), o empenho das comunidades e organizações em continuar produzindo resultaram no incremento na exploração de alguns produtos. Neste contexto, no ano de 2009 foram manejados de forma comunitária 20 mil hectares de florestas.

As atividades desempenhadas em 2009 no âmbito da ação 8300 foram as seguintes:

- Suporte à publicação dos Planos de Manejo das FLONAs Passa Quatro/MG, Purus/AM, Mapiá-Inauini/AM, Macauã e São Francisco/AC;
- Alteração pontual do Plano de Manejo da FLONA Saracá-Taquera;
- Elaboração de proposta de Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo de FLONAs;
- Realização das Reuniões de Pesquisadores das FLONAS Amana, Crepori, Trairão, Jamanxim e Altamira, todas no Estado do Pará;
- Realização das Oficinas de Planejamento Participativo das FLONAS Amana, Crepori, e Trairão;
- Elaboração de proposta de alteração de limites da FLONA Jamanxim/PA;
- Suporte para elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta da FLONA Jamanxim/PA;
- Suporte às análises devidas à autorização para a empresa Vale S.A. elaborar EIA-RIMA do Projeto S11-D (FLONA Carajás);
- Inclusão no Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF das FLONAs de Macauã/AC, São Francisco/AC, Amapá/AP, Altamira/PA, Carajás/PA, Caxiuanã/PA, Itaituba I/PA, Itaituba II/PA, Saracá-Taquera/PA, Amana/PA, Crepori/PA, Jamanxim/PA, Tapirapé-Aquiri/PA, Trairão/PA, Jacundá/RO, Canela/RS, São Francisco de Paula/RS, Passo Fundo/RS, Caçador/SC, Chapecó/SC, Três Barras/SC, Assungui/SC, Capão Bonito/SP e Ipanema/SP;
- Suporte ao início da definição de procedimentos das ações correlatas ao SFB/MMA;
- Suporte ao Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e SFB – Plano de Manejo de FLONAs;
- Suporte ao Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e IBAMA – CETAS em UCs; e
- Suporte ao Acordo de Cooperação Técnica entre ICMBio e MDA – Resgate de conhecimentos tradicionais no uso de recursos naturais. Trabalho junto à EMBRAPA e a UCs do Estado do Paraná.

### 2.3.6 Programa 0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional
<b>Objetivos específicos</b>	Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado
<b>Gerente do programa</b>	Maria Cecília Wey de Brito
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa Multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Programa Multisetorial
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional

#### Principais ações do programa

- 2272 - Gestão e Administração do Programa
- 2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias
- 2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora
- 2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade
- 6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras
- 8408 - Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade

#### 2.3.6.1. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira

<b>Unidades executoras</b>	193100	IBAMA - Superintendência do Amazonas/AM
	193102	IBAMA - Superintendência do Amapá/AP
	193103	IBAMA - Superintendência da Bahia/BA
	193104	IBAMA - Superintendência do Ceará/CE
	193107	IBAMA - Superintendência do Espírito Santo/ES
	193108	IBAMA - Superintendência de Goiás/GO
	193116	IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE
	193120	IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN
	193129	IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP
	443033	Instituto Chico Mendes - Sede
	443034	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB
	443035	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP
	443038	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN
	443039	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPERG
	443040	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA
	443041	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio - CEPENE
	443042	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL
	443043	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR
	443050	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE
	443051	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA
443053	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR	

Os recursos foram utilizados para manutenção da Sede e de Unidade Descentralizadas deste Instituto.

### 2.3.6.2 Ação 2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Reverter os fatores que ameaçam as espécies de extinção, inclusive as espécies migratórias, protegendo a biodiversidade brasileira.
<b>Descrição</b>	Elaboração e implementação de planos de ação para o controle e a conservação de espécies ameaçadas de extinção e/ou migratórias, incluindo as espécies marinhas, cujas ameaças são potencializadas pelos impactos decorrentes das atividades de exploração e transporte de petróleo e derivados no litoral brasileiro; elaboração, avaliação e revisão das normas e procedimentos para o acesso e manejo de espécies em risco de extinção e/ou migratórias; estabelecimento de acordos de empréstimo para a manutenção de espécies ameaçadas de extinção por instituições estrangeiras; revisão e avaliação periódicas do estado de conservação das espécies da fauna silvestre brasileira; elaboração da lista oficial da fauna brasileira ameaçada de extinção; manutenção da base de dados genômicos da fauna silvestre brasileira, principalmente das espécies ameaçadas de extinção; manutenção de bancos de material biológico nos centros especializados em fauna do IBAMA; desenvolvimento de tecnologias para pesquisa com espécies silvestres brasileiras, sobretudo aquelas ameaçadas de extinção ou migratórias.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira

<b>Unidades executoras</b>	193099	IBAMA - Coordenação-Geral de Finanças - CGFIN
	193102	IBAMA - Superintendência do Amapá/AP
	193104	IBAMA - Superintendência do Ceara/CE
	193107	IBAMA - Superintendência do Espírito Santo/ES
	193108	IBAMA - Superintendência de Goiás/GO
	193116	IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE
	193120	IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN
	193129	IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP
	443033	Instituto Chico Mendes - Sede
	443034	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB
	443035	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP
	443036	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO
	443038	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN
	443040	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA
	443041	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio - CEPENE
	443043	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR
	443050	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE
	443051	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA
	443053	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

Para o cálculo da meta física, foi considerada qualquer espécie da fauna brasileira objeto de qualquer tipo de ação do Instituto Chico Mendes: manejo em campo, pesquisa científica, levantamentos bibliográfico, reuniões técnicas e pareceres/informações técnicas.

Foram trabalhadas as seguintes espécies: *Crax blumenbachii*, *Pterodroma arminjoniana*, *Puffinus lherminieri*, *Diomedea exulans*, *Diomedea dabbenena*, *Mergus octosetaceus*, *Anodorhynchus leari*, *Circus cinereus*, *Leucopternis lacernulatus*, *Harpyhaliaetus coronatus*, *Chrysocyon brachyurus*, *Antilophia bokermanni*, *Megaptera novaeangliae*, *Eubalaena australis*, *Pontoporia blainvillei*, *Trichechus manatus*, *Trichechus inunguis*, *Pteronura brasiliensis*, *Megaptera novaeangliae*, *Eubalaena australis*, *Pontoporia blainvillei*, *Trichechus manatus*, *Trichechus inunguis*, *Pteronura brasiliensis*, *Leontopithecus rosalia*, *Leontopithecus chrysomelas*, *Leontopithecus chrysopygus*, *Leontopithecus caissara*, *Pauxi mitu*, *Penelope superciliaris alagoensis*, *Aburria jacutinga*, *Crax fasciolata pinima*, *Crax blumenbachii*, *Odontophorus capueira plumbeicollis*, *Penelope ochrogaster*, *Penelope jacucaca*, *Amazona brasiliensis*, *Amazona pretrei*, *Amazona rhodocorytha*, *Amazona vinacea*, *Blastocerus dichotomus*, *Mazama nana*, *Pauxi mitu*, *Brachyteles arachnoids*, *Brachyteles hypoxanthus*, *Callistomys pictus*, *Carterodon sulcidens*, *Phyllomys brasiliensis*, *Phyllomys thomasi*, *Phyllomys unicolor*, *Chaetomys subspinosus*, *Juscelinomys candango*, *Kunsia fronto*, *Phaenomys ferrugineus*, *Rhagomys rufescens*, *Wilfredomys oenax*, *Ctenomys flamarioni*, *Lonchophylla dekeyseri*, *Bradypus torquatus*, *Priontes maximus*, *Tolypeutes tricinctus*, *Myrmecophaga tridactyla*, *Phrynops hoguei*, *Caretta caretta*, *Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricate*, *Lepidochelys olivacea*, *Dermochelys coriacea*, *Corallus cropanii*, *Dipsas albifrons cavaleiroi*, *Heterodactylus lundii*, *Placosoma cipoense*, *Anisolepis undulatus*, *Cnemidophorus abaetensis*, *Cnemidophorus littoralis*, *Cnemidophorus nativo*, *Cnemidophorus vacariensis*, *Liolaemus lutzae*, *Liolaemus occipitalis*, *Bothrops alcatraz*, *Bothrops insularis*, *Bothrops pirajai*, *Melanophryniscus macrogranulosus*, *Hyla cymbalum*, *Hyla izecksohni*, *Hylomantis granulosa*, *Phyllomedusa ayeaye*, *Scinax alcatraz*, *Holoaden bradei*, *Odontophrynus moratoi*, *Paratelmatobius lutzii*, *Megaptera novaeangliae*, *Eubalaena australis*, *Physeter macrocephalus*, *Pontoporia blainvillei*, *Trichechus manatus*, *Trichechus inunguis*, *Pteronura brasiliensis* e *Brycon orbignyanus*.



### 2.3.6.3 Ação 2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Desenvolver pesquisas visando ampliar o conhecimento técnico-científico sobre o uso e manejo sustentável de plantas medicinais, principalmente junto às populações tradicionais indígenas e não indígenas, promovendo a valorização dos recursos genéticos e a melhoria da qualidade de vida destas populações e a conservação do patrimônio genético associado. Gerar, adaptar, incentivar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos, sócio-econômicos e ambientais, voltados para o uso sustentável, manejo e a conservação de espécies da fauna silvestre. Promover a proteção e conservação e uso sustentável das espécies da flora nativa, com ênfase às espécies ameaçadas de extinção, por intermédio de ações de pesquisa, controle, fomento de ações para sua conservação e de seus habitats.
<b>Descrição</b>	Promoção de iniciativas de pesquisas em etno-botânica, de forma participativa, junto às populações tradicionais indígenas e não indígenas visando o resgate do conhecimento tradicional associado ao uso de espécies medicinais nativas, elaborando e sistematizando as informações técnico-científicas associadas, com: (i) a definição de espécies medicinais prioritárias e seus empregos pelas comunidades, de forma a subsidiar a revisão de normas sobre o acesso; (ii) definição de estratégias para manejo e conservação ex situ e in situ; (iii) o desenvolvimento de iniciativas de difusão de informações e tecnologias para o manejo, uso dos recursos genéticos. (IV) desenvolver atividades voltadas para os estudos prospectivos e investigações científicas sobre a conservação e o uso sustentável dos recursos faunísticos. (V) fiscalização e controle para a proteção, conservação e uso sustentável de espécies vegetais nativas, envolvendo prioritariamente as espécies ameaçadas de extinção, bem como as espécies com potencial de uso econômico, como as ornamentais, medicinais, aromáticas, alimentícias, entre outras, por intermédio de mecanismos, procedimentos e normas de controle sobre seu acesso, exploração, beneficiamento e comercialização, pelo aumento de seu sucesso reprodutivo na natureza, pelo resgate dos recursos genéticos e implementação de estratégias de conservação in situ e ex situ, e pelo uso sustentável, promovendo a conservação de ecossistemas para a garantia da manutenção de seus habitats naturais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443043 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR 443050 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE

Foram trabalhadas 40 espécies do cerrado, sendo que 4 específicas para subsidiar plano de manejo da FLONA Araripe.

### 2.3.6.4 Ação 2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover a conservação de espécies da flora e da fauna brasileira, de recursos genéticos e de ecossistemas; Induzir, por meio de editais e outros instrumentos, a realização de projetos demonstrativos voltados para a realização de pesquisas, avaliações, diagnósticos e produção e disseminação do conhecimento sobre o uso e a conservação diversidade biológica brasileira e para a implementação de alternativas de uso ou conservação de componentes da biodiversidade; Apoiar o fortalecimento das instituições envolvidas com a gestão da biodiversidade brasileira; e Estabelecer parcerias que favoreçam a incorporação do componente "biodiversidade" nas políticas públicas, programas e ações setoriais de modo a garantir sua conservação e uso sustentável.
<b>Descrição</b>	Fomento a projetos que visem: 1) a conservação e o manejo sustentável da fauna e da flora, implementando alternativas viáveis de conservação da biodiversidade e de produção sustentável alinhada à conservação ambiental; 2) a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, produção e disseminação dos conhecimentos sobre os componentes da biodiversidade, apoio à produção de informações sobre as espécies ameaçadas e espécies exóticas invasoras e à elaboração e implementação de planos de manejo; 3) o fomento a ações políticas e projetos que promovam a transversalidade do componente biodiversidade em políticas públicas setoriais.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	154004 Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443035 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP 443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO 443051 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA

Foram desenvolvidos 8 projetos com a participação de 18 unidades do ICMBio, que geraram conhecimento relacionados à riqueza e ao uso da biodiversidade das Unidades de Conservação, a métodos de manejo de paisagem e espécies, ao envolvimento social e à avaliação das espécies brasileiras e sistematização do conhecimento.

Foram beneficiadas 23 Unidades de Conservação, além de mais de uma centena de espécies da biodiversidade brasileira, dentre as quais 30 espécies ameaçadas de extinção.

### 2.3.6.5 Ação 6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Controlar populações de animais e vegetais silvestres, nativos ou exóticos e de espécies da fauna doméstica em estado asselvajado, no meio natural ou alterado, que estejam em situação de descontrole ou em desequilíbrio populacional, assim como orientar o manejo e o controle de fauna sinantrópica (animais que se beneficiam das modificações ambientais efetuadas pelo homem). Promover o monitoramento das espécies vegetais e animais invasores, evitando a sua proliferação, minimizando, dessa forma, o impacto sobre os ambientes naturais e as espécies da flora e fauna nativas.

<b>Descrição</b>	Implementação de ações de monitoramento, contenção de expansão de populações em território nacional, controle e erradicação de populações estabelecidas da fauna e da flora exótica, desenvolvimento de estudos de sua ecologia, definição de métodos de controle e de procedimentos e normas de controle de introdução e manejo que evitem e minimizem seus impactos sobre os ambientes naturais, sobre as espécies autóctones em especial sobre as ameaçadas de extinção. Diagnóstico e plano de manejo de espécies problemáticas, articulação com outros setores da sociedade, elaboração, avaliação e revisão das normas sobre os procedimentos para a destinação, manejo e controle de espécies sinantrópicas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443034 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB 443035 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP 443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO 443038 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443043 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR 443050 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE 443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema

No âmbito do ICMBio, esta ação tem como foco o controle de espécies invasoras que ameaçam as espécies nativas em Unidades de Conservação. Em 2009, foram trabalhadas espécies de calitriquídeos invasores.

### 2.3.6.6 Ação 8408 - Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Fortalecer mecanismo de disseminação e incentivo à transferência de tecnologias em gestão da biodiversidade, repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados; apoiar ações para estabelecer e aprimorar sistema de informações sobre biodiversidade; apoiar ações visando o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em temas selecionados e em áreas definidas como prioritárias para a gestão da biodiversidade; estabelecer mecanismos facilitadores do processo de intercâmbio e geração de conhecimento biotecnológico com seus potenciais usuários; estabelecer iniciativa nacional para disseminar o uso de tecnologias de domínio público úteis à gestão da biodiversidade; fortalecer a estruturação do Portalbio.
<b>Descrição</b>	Promoção e apoio em capacitação sobre temas específicos relacionados à biodiversidade, nos setores governamental, não governamental, acadêmico, setor privado, povos e comunidades tradicionais; elaboração de diagnósticos e estudos sobre temas específicos ligados à biodiversidade, contemplando as diretrizes do PANBio; fortalecimento do Portalbio; apoio à participação de técnicos em fóruns nacionais e internacionais; promoção e implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, por meio do PANBio, mediante deliberação da CONABio; fortalecimento institucional e sensibilização pública.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade

<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443051 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA

No âmbito do ICMBio, foram desenvolvidas ações para o fortalecimento de sistemas de informações sobre a biodiversidade, que têm como objeto organizar informações sobre as espécies brasileiras, incluindo o controle e a autorização para a realização de pesquisas em Unidades de Conservação e coleta de fauna.

O Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) emitiu 1,7 mil autorizações e licenças para coleta de material biológico para fins científicos e execução de pesquisa em Unidades de Conservação Federais. Outros sistemas de informação encontram-se em diferentes fases de operação e desenvolvimento. São eles: Sistaxon, Meel (CPB), SNA-NET (CEMAVE), Data Prim (CPB), Sismman (CMA) e Sistamar (TAMAR).

### 2.3.7 Programa 0511 – Gestão da Política de Meio Ambiente

<b>Tipo de programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b>Objetivo geral</b>	Promover a articulação institucional e a cidadania ambiental por meio do fortalecimento do SISNAMA, da educação ambiental, da participação e do controle social
<b>Objetivos específicos</b>	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente
<b>Gerente do programa</b>	Izabella Mônica Vieira Teixeira
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa Multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Programa Multisetorial
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

#### Principais ações do programa

- 117E - Reformas de Pequeno Vulto de Unidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- 2272 - Gestão e Administração do Programa
- 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- 6037 - Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental

#### 2.3.7.1 Ação 117E - Reformas de Pequeno Vulto de Unidades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Restaurar e reformar as instalações físicas do ICMBio nas Unidades de Conservação e Centros Especializados.

<b>Descrição</b>	Recuperação e manutenção das instalações dos Centros Especializados: CECAV/DF; CEMAVE/PB; CENAP/SP; CEPENE/PE; CEPERG/RS; CEPNOR/PA; COPOM/DF; CPB/PB; CEPsul/SC; CEPTA/SP; CMA/PE; RAN/GO e TAMAR/BA. Reformas estruturais, aquisição de mobiliário e equipamentos para estruturação e reaparelhamento das Unidades de Conservação: PARNA Brasília; PARNA Chapada dos Veadeiros; PARNA Serra do Cipó; PARNA Serra da Canastra; PARNA Sete Cidades; PARNA do Descobrimento; PARNA Campos Gerais; PARNA Serra do Itajaí; APA Fernando de Noronha; ESEC Taim; REBIO Arvoredo; FLONA do Araripe; FLONA de Nísia Floresta; FLONA Humaitá / Nordeste FLONA no Município de Alto Alegre; FLONA Tapajós; FLONA Balata Tufari; FLONA Bom Futuro; FLONA Anauá; FLONA Caxiuanã; FLONA Jamari; FLONA Mário Xavier; FLONA Passa Quatro; FLONA Ipanema; FLONA Passo Fundo; FLONA São Francisco de Paula; FLONA Sobral e RESEX Verde para sempre.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	

Realizou-se manutenção corretiva nos blocos administrativos e de alojamento da FLONA de Ipanema para permitir a implantação da Academia Nacional da Biodiversidade – AcadeBio, de forma a beneficiar todo o conjunto de servidores do ICMBio e consolidar a política de capacitação continuada do Instituto. Foram recuperadas as partes hidráulica, elétrica e lógica.

No conjunto das 304 UCs e dos 15 centros de pesquisa e conservação, foram viabilizados pequenos reparos emergenciais em instalações elétricas, hidráulicas e lógicas.

### 2.3.7.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros

<b>Unidades executoras</b>	193099	IBAMA - Coordenacao-Geral de Finanças - CGFIN
	443033	Instituto Chico Mendes - Sede
	443035	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP
	443036	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO
	443040	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA
	443042	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio.CEPSUL
	443051	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA
	443052	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio.Ipanema
443053	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR	

Os recursos foram utilizados para manutenção da Sede e de Unidade Descentralizadas deste Instituto.

### 2.3.7.3 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443050 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE

No exercício de 2009 foram capacitados 576 servidores, a um custo de R\$ 2.835.992,09, nos seguintes eventos de capacitação:

<b>Evento</b>	<b>Quant. de servidores capacitados</b>	<b>Carga horária</b>
Oficina para planejamento das aulas no Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e Unidades de Conservação	9	16h
Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade e UCs	157	228h
Curso de Formação de Instrutores de Tiro	20	78h
Curso de Abordagem, Armamento e Tiro	331	98h
Curso de Produção de Material Didático Impresso para EaD	1	50h
Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, promovido pela Universidade Federal do Pará	2	32h

Curso de Gerenciamento de Manejo Florestal e EIR com ênfase em Concessões Florestais, promovido pelo Instituto Floresta Tropical - IFT, em Paragominas/PA	1	96h
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação	1	40h
Capacitação em manejo, proteção, visitação e monitoramento da biodiversidade em áreas protegidas "Word Heritage Scholarship" em Miami/EUA	1	248h
Curso sobre Regulação promovido pelo Institute of Brazilian Business and Public Management Issues, em Washington/EUA	1	80h
International Conference on Interactive Computer aided Blended Learning - ICBL e Congresso Nacional de Ambientes Hiperídia para Aprendizagem CONAHPA, organizados pela Universidade Federal de Santa Catarina	1	24h
19º Encontro Anual de Recursos Humanos do Planalto Central - ENCONTRARH, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos Integrante do Sistema Nacional - ABRH	1	20h
VIII Congreso de Ciencias Del Mar y El XIII Congreso Latinoamericano de Ciencias Del Mar - Havana/Cuba	1	40h
Evento de Capacitação e Formação de pregoeiros, promovido pela Negócios Públicos em João Pessoa/PB	1	16h
Curso de Formação de Pregoeiros em São Paulo/SP	1	16h
Evento de Capacitação Introdução ao Sensoriamento Remoto, a distância, promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE	3	200h
Curso Biodiversity Information System, pelo Japan International Assistance Cooperation Agency - JICA, em Tóquio/Japão	1	172h
III Semana de Execução das Atividades Cooperadas do Parque Nacional do Cabo Orange com a Guiana Francesa	1	48h
Programa de Troca de Experiências Profissionais e Cooperação Técnica, Washington/EUA	2	150h
Conferência Anual da Associação de Médicos Veterinários de Aves, em Wisconsin/EUA	1	60h
X Congresso Internacional de Mastozoologia - Província de Mendoza/Argentina	1	80h
Curso de Manejo de Areas Silvestres y Areas Protegidas - Colorado State University/EUA	1	240h
Capacitação em Inventário de Plantios Florestais, em Colombo/PR	3	30h
Curso English as a Second Language Program, promovido pela Atlantic City Free Public Library, New Jersey/EUA	1	420h
Curso de Capacitação em Operação do PREPS, promovido pela SEAP/PR, IBAMA e Marinha do Brasil, em Niterói/RJ	1	24h
Seminário Regional Latino Americano de Capacitação no Manual Revisado da ITTO para formação de projetos, na Guatemala	1	40h
Capacitación de Capacitadores en Compras Públicas Sustentables, em Santiago/Chile	1	24h
15th International Congress of Speleology, em Kerrville/EUA	2	128h
Seminário Internacional de Manejo de Áreas Protegidas - ISPAM, no Colorado/EUA	1	160h
Curso de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado na Administração Pública	2	16h
XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, promovido pelo INPE/SELPER, em Natal/RN	3	48h

Workshop Avaliação de Desempenho por Competências	1	16h
Evento de Gestão do Conhecimento - Global Make Conference, em São Paulo/SP	1	24h
Curso de Modelagem de Nicho Ecológico - Nível Básico, promovido pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, em São Paulo/SP	1	24h
Georreferenciamento de Imóveis Rurais, promovido pelo Instituto Tecnológico do Centro-Oeste - ITCO	4	144h
Análisis de La Efectividad de La Implementación de Políticas Ambientales para La Conservación de Las Especies Migratorias, em Assunção/Paraguai	2	40h
Retenções Tributárias pelos Órgãos Públicos Federais, Estaduais, Municipais e Distrito Federal, promovido pela Future Empreendimentos e Participações Empresariais Ltda.	5	8h
Sustainable Tourism Training Workshop, em Santo Domingo/República Dominicana	2	40h
Planejamento das Contratações de Serviços de TI na Administração Pública de Acordo com a IN nº 04/2008, promovido pela IOC IONE Cursos	4	24h
Curso de SIG aplicado a pesca e aquíicultura, na Fundação Universidade do Rio Grande	2	96h
<b>TOTAL</b>	<b>576</b>	<b>3.338h</b>

#### 2.3.7.4 Ação 6037 - Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Fortalecer e aprimorar a estrutura de fiscalização do IBAMA para o efetivo cumprimento de suas funções regimentais e aplicação de penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à conservação dos recursos ambientais ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor.
<b>Descrição</b>	Revisão de procedimentos, equipar, informar e instrumentalizar as unidades descentralizadas de fiscalização do IBAMA, disponibilizando meios necessários à execução das ações de controle e fiscalização. Identificar, consolidar, integrar, atualizar e disponibilizar bases de dados e informações obtidas a partir destas para otimizar e subsidiar as ações de controle e fiscalização. Expandir as ações de controle e fiscalização ambiental em aeroportos, portos, plataformas petrolíferas com suas instalações de apoio, dutos, bacias, navios, pólos industriais e locais sujeitos à possibilidade de acidentes / incidentes por derramamento de petróleo e de seus derivados. Adequar os procedimentos, desenvolver habilidades do quadro de agentes e operacionalizar o controle e a fiscalização em áreas específicas e estratégicas como cadeias produtivas que utilizam recursos naturais, redes de tráfico de animais silvestres e áreas relacionadas a emergências ambientais envolvendo a atividade petrolífera.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Fernando Maier Souza



<b>Unidades executoras</b>	160005	54 Batalhão de Infantaria de Selva
	160346	Comando de Fronteira Rondônia/6 Bis
	193102	IBAMA - Superintendência do Amapá/AP
	193103	IBAMA - Superintendência da Bahia/BA
	193104	IBAMA - Superintendência do Ceara/CE
	193106	IBAMA - Superintendência Distrito Federal/DF
	193108	IBAMA - Superintendência de Goiás/GO
	193110	IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA
	193112	IBAMA - Superintendência Mato Grosso Sul/MS
	193114	IBAMA - Superintendência do Para/PA
	193116	IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE
	193117	IBAMA - Superintendência do Piauí/PI
	193122	IBAMA - Superintendência de Roraima/RR
	193356	IBAMA - Gerencia Executiva - Santarém/PA
	443033	Instituto Chico Mendes - Sede
	443034	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB
	443035	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP
	443036	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO
	443037	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI
	443038	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN
	443039	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPERG
	443040	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA
	443041	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio - CEPENE
	443042	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL
	443043	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR
	443048	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU
	443050	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE
	443051	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA
	443052	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema
	443053	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

No exercício de 2009, foram realizadas, com o apoio da Sede do ICMBio, 138 operações de fiscalização em unidades localizadas em todas as regiões do país. Essas operações envolveram 1.338 profissionais, dentre servidores e parceiros, e apresentaram um custo total de R\$ 2.444.755,97. Ressaltam-se as parcerias com agentes externos na execução das ações fiscalizatórias, destacando-se a participação do IBAMA, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, dos Batalhões de Polícia Militar Ambiental e dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Dentre as operações realizadas, destacam-se:

- Operação Quelônios, ocorrida na Reserva Biológica Abufari/AM, que promoveu uma atuação conjunta de fiscais de várias unidades e de servidores do RAN. Foram executadas ações de vigilância das praias locais e inibição da caça predatória, culminando com o nascimento de 100 mil quelônios.
- Operação Terra Nova, ocorrida na Floresta Nacional do Bom Futuro, que apresentou como resultados a instalação de barreiras nas vias de acesso à UC, notificação para retirada de gado, autuação de diversas infrações ambientais, sobretudo desmatamento, embargo de 2 postos de combustível clandestinos que fomentavam a atividade madeireira ilegal e aumento da presença institucional na Unidade, coibindo a prática de crimes ambientais.

No 2º semestre de 2009 foi celebrado entre o DNIT e o ICMBio um Termo de Cooperação que visa a implementação e proteção das Unidades de Conservação Federais ao longo da BR 319. Nesse sentido, o ICMBio realizou 14 operações de fiscalização e 9 sobrevôos de monitoramento, no período de setembro a dezembro de 2009, com a participação de aproximadamente 200 agentes do ICMBio, IBAMA, Polícias Militares dos Estados do Amazonas e Rondônia e Polícia Federal, além do apoio de outras instituições. Em duas Unidades de Conservação (REBIO do Abufari e PARNA dos Campos Amazônicos) foram construídas barreiras durante todo o período.

Além das ações nas 11 Unidades de Conservação contempladas pelo recurso da BR 319 (PARNA Mapinguari, PARNA Nascentes do Lago Jari, ESEC Cuniã, REBIO Abufari, FLONA Iquiri, FLONA Balata Tufari, FLONA Humaitá, RESEX Médio Purus, RESEX Ituxi, RESEX Lago do Cuniã e RESEX Lago do Capanã Grande), foram propostas ações para outras 3, que têm grande representatividade para a integridade das Unidades na área de influência da rodovia. São elas: PARNA dos Campos Amazônicos, FLONA Jacundá e FLONA do Jatuarana.

Os maiores problemas identificados nas Unidades da região foram: invasões, desmatamentos, garimpos, caça e pescas ilegais e/ou predatórias, sendo esses os alvos das operações.

Em relação à normatização de procedimentos e processos afetos à proteção ambiental, foram adotadas as seguintes providências:

- Publicação da Portaria nº 80/2009, que regulamenta o uso de aeronaves pelo ICMBio;
- Instrução Normativa nº 3/2009, que implementa o Programa de Voluntariado nas Unidades de Conservação;
- Instrução Normativa nº 6/2009, que regulamenta o fluxo administrativo do auto de infração; e
- Elaboração e confecção dos formulários de fiscalização.

Em 2009, foram revisados 5 planos de proteção e normatização do roteiro metodológico para elaboração de planos de proteção.

Ainda neste exercício, foram realizados: 12 cursos de formação de fiscais, com 253 novos agentes de fiscalização formados; 1 curso de formação de instrutores, com 20 servidores capacitados; 202 agentes capacitados em abordagem e fundamentos de tiro; e 1 curso de geoprocessamento com foco em Planos de Proteção, com 21 agentes de fiscalização formados.

### 2.3.8 Programa 0750 – Apoio Administrativo

<b>Tipo de programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b>Objetivo geral</b>	Atividades Padronizadas
<b>Objetivos específicos</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
<b>Gerente do programa</b>	Atividades Padronizadas
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Atividades Padronizadas
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Atividades Padronizadas
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

## Principais ações do programa

- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
- 2000 - Administração da Unidade
- 2003 - Ações de Informática
- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

### 2.3.8.1 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

<b>Tipo</b>	Operações Especiais
<b>Finalidade</b>	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

A contrapartida do Instituto para o custeio do regime de previdência abrangeu 1.956 servidores, gerando uma despesa de R\$ 30.289.718,05.

### 2.3.8.2 Ação 2000 - Administração da Unidade

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

<p><b>Descrição</b></p>	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
<p><b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b></p>	<p>Diretoria de Planejamento, Administração e Logística</p>
<p><b>Coordenador nacional da ação</b></p>	<p>Silvana Canuto Medeiros</p>

<b>Unidades executoras</b>	193099	IBAMA - Coordenação-Geral de Finanças - CGFIN
	193100	IBAMA - Superintendência do Amazonas/AM
	193102	IBAMA - Superintendência do Amapá/AP
	193103	IBAMA - Superintendência da Bahia/BA
	193104	IBAMA - Superintendência do Ceara/CE
	193105	IBAMA - Superintendência do Acre/AC
	193108	IBAMA - Superintendência de Goiás/GO
	193110	IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA
	193111	IBAMA - Superintendência de Minas Gerais/MG
	193112	IBAMA - Superintendência Mato Grosso Sul/MS
	193113	IBAMA - Superintendência do Mato Grosso/MT
	193114	IBAMA - Superintendência do Para/PA
	193115	IBAMA - Superintendência da Paraíba/PB
	193116	IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE
	193117	IBAMA - Superintendência do Piauí/PI
	193118	IBAMA - Superintendência do Paraná/PR
	193120	IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN
	193121	IBAMA - Superintendência de Rondônia/RO
	193122	IBAMA - Superintendência de Roraima/RR
	193125	IBAMA - Superintendência de Santa Catarina/SC
	193129	IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP
	193356	IBAMA - Gerencia Executiva - Santarém/PA
	443033	Instituto Chico Mendes - Sede
	443034	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB
	443035	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP
	443036	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO
	443037	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI
	443038	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN
	443039	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPERG
	443040	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA
	443041	Inst. Chico Mendes de Conser da Bio - CEPENE
	443042	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL
	443043	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR
	443048	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU
	443050	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE
	443051	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA
	443052	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema
	443053	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

Os recursos foram utilizados para manutenção da Sede e de Unidade Descentralizadas deste Instituto.

### 2.3.8.3 Ação 2003 - Ações de Informática

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
<b>Descrição</b>	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	193099 IBAMA - Coordenação-Geral De Finanças - CGFIN 443033 Instituto Chico Mendes - Sede

Foram adquiridos cerca de 350 computadores portáteis tipo notebooks, cerca de 550 computadores tipo desktop e foram instalados aproximadamente 800 pontos de rede na sede do Instituto.

### 2.3.8.4 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

A assistência médica e odontológica alcançou 3.025 beneficiários, gerando uma despesa de R\$ 2.195.996,88.

### 2.3.8.5 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

Foram atendidas 715 crianças, gerando um despesa de R\$ 467.176,00.

### 2.3.8.6 Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
<b>Descrição</b>	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

Foram abrangidos 453 servidores, gerando uma despesa de R\$ 600.882,90.

### 2.3.8.7 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros

<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede
----------------------------	--------------------------------------

Foram beneficiados 2.775 servidores, gerando uma despesa de R\$ 4.075.708,82.

### 2.3.8.8 Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	-
<b>Descrição</b>	-
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

A ação não foi executada pois não houve tempo hábil para completar o processo licitatório de escolha da(s) empresa(s) que iria(m) prestar os serviços nas unidades descentralizadas do ICMBio em todo o País.

### 2.3.9 Programa 1145 - Comunidades Tradicionais

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
<b>Objetivos específicos</b>	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social
<b>Gerente do programa</b>	Egon Krakhecke
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa Multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Programa Multisetorial
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

#### Principais ações do programa

- 2272 - Gestão e Administração do Programa
- 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais



### 2.3.9.1 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Fernando Maier Souza
<b>Unidades executoras</b>	<p>193100 IBAMA - Superintendência do Amazonas/AM</p> <p>193102 IBAMA - Superintendência do Amapá/AP</p> <p>193103 IBAMA - Superintendência da Bahia/BA</p> <p>193105 IBAMA - Superintendência do Acre/AC</p> <p>193110 IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA</p> <p>193121 IBAMA - Superintendência de Rondônia/RO</p> <p>193130 IBAMA - Escritório Regional - Parnaíba/PI</p> <p>193356 IBAMA - Gerencia Executiva - Santarém/PA</p> <p>443033 Instituto Chico Mendes – Sede</p> <p>443034 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB</p> <p>443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO</p> <p>443037 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI</p> <p>443038 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN</p> <p>443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA</p> <p>443050 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE</p> <p>443051 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA</p> <p>443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema</p> <p>443053 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR</p>

Os recursos foram utilizados para manutenção da Sede e de Unidade Descentralizadas deste Instituto.

### 2.3.9.2 Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Capacitar extrativistas e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas das Comunidades Tradicionais para que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental.

<b>Descrição</b>	Definição dos critérios que viabilizem o financiamento de atividades produtivas das Comunidades Tradicionais; Identificar instituições parceiras interessadas em investir na capacitação das comunidades tradicionais; Executar um programa de treinamento específico para assegurar a assistência técnica adequada aos projetos de geração de renda das comunidades tradicionais; Realizar eventos de intercâmbio de experiências entre os beneficiários dos projetos das comunidades tradicionais; Identificar e valorizar os conhecimentos e técnicas tradicionais sustentáveis das comunidades tradicionais; Formar monitores para atuar nas Escolas-Família Extrativistas; Promover treinamento específico para as comunidades nas Reservas Extrativistas Marinhas, especialmente aquelas situadas em pólos petroquímicos, visando assegurar a exploração racional dos recursos pesqueiros.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Fernando Maier Souza
<b>Unidades executoras</b>	193099 IBAMA - Coordenação-Geral De Finanças - CGFIN 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443043 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR 443048 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU

No exercício de 2009, o Instituto iniciou a reestruturação de um macroprocesso visando o atendimento das questões relacionadas às populações tradicionais das Unidades de Conservação (Ordem de Serviço nº 16, de 13 de novembro de 2009).

Para esse macroprocesso foi atribuído o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais - PCT nas Unidades de Conservação Federais, de acordo com as premissas de cada categoria de UC, contribuindo para o fortalecimento do sistema de gestão das UCs e para a autonomia dessas comunidades. Esse macroprocesso desdobra-se em dois processos principais: (1) Políticas e Comunidades Tradicionais; e (2) Produção e Uso Sustentável, focando:

- Estratégias promissoras de produção extrativista e uso sustentável dos recursos naturais;
- Implementação das políticas públicas universais e específicas; e
- Subsídio à formulação destas políticas.

### **Políticas e Comunidades Tradicionais**

Nesse processo, cujos objetivos são (1) viabilizar acesso dos PCT às políticas públicas universais e específicas; (2) subsidiar a formulação de políticas específicas; (3) apoiar o fortalecimento dos modos de organização dos PCT; e (4) promover a valorização dos saberes e a melhoria da qualidade de vida, busca-se assegurar as articulações intra e entre instituições nos diversos níveis de governo e junto às organizações de base e aos movimentos sociais, a fim de desenvolver e facilitar o acesso a políticas públicas pelas comunidades tradicionais das Unidades de Conservação. Nesse contexto, foram realizadas as seguintes atividades:

- Buscando melhorar a organização local e facilitar o acesso a políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, realizaram-se em Imperatriz-MA, Boca do Acre-AM e Tefé-AM, em conjunto com a CONAB e o MMA, 3 oficinas comunitárias para acesso ao PAA e à subvenção da Política de Garantia de Preços Mínimos para os produtos extrativistas, voltadas para as lideranças e gestores das RESEX e FLONAs dessas regiões, dando continuidade às atividades formativas realizadas em 2008.
- A mobilização e a organização das oficinas foi resultado da parceria entre o ICMBio, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/MMA), o

Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CONAB/MAPA), no âmbito da implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade.

- Foram firmados compromissos com a Casa Civil da Presidência da República e com a Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT para emissão de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso para as organizações comunitárias de 13 Reservas Extrativistas, até julho de 2010.
- Realização de Encontro de RESEX Costeiras Marinhas e criação de comissão de lideranças e agenda de trabalho juntamente com o ICMBio.
- Definição de Diretor e Coordenador do projeto de cooperação “Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil” - GEF Mangue e realização de seminário de lançamento e reuniões regionais de elaboração do POA 2010.
- Levantamentos de informações sobre obtenção de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP pelos beneficiários das Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais e articulação para criação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, da REB – Relação de Extrativista Beneficiário, substituta temporária da DAP para acesso a programas sociais, como o Programa de Aquisição de Alimentos e a Política de Garantia de Preços Mínimos, pelas comunidades tradicionais beneficiárias daquelas Unidades de Conservação.
- Promoção do desenvolvimento social por meio de ações e elaboração de projetos educativos e capacitação para as comunidades da RESEX Delta do Parnaíba em parceria com NEA/SUPES-IBAMA/PI.
- Realização de 2 oficinas de organização comunitária em localidades do Rio Mucum, município de Lábrea/AM.
- Promoção de oficina para integração das ações do ICMBio, IBAMA, MMA e Ministério da Pesca e Aquicultura nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável costeiras marinhas.
- Apoio às atividades de campo das equipes na expedição científica na FLONA Pau Rosa no Rio Paracuni e primeira visita institucional às comunidades.
- Elaboração da programação de capacitações para comunidades da APA Nascentes do Rio Vermelho e realização de palestras sobre extrativismo e beneficiamento de frutos do cerrado para as comunidades do entorno do Ribeirão João Leite em Terezópolis/GO.
- Participação na Oficina "Desenvolvimento de Capacitação nos Mosaicos das Unidades de Conservação da Serra do Mar", do Mosaico Mantiqueira, promovida pela Conservação Internacional, Valor Natural, Associação Mico Leão Dourado e com apoio da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e TNC.
- Realização de oficinas comunitárias sobre gestão e educação ambiental em UCs do Rio Grande do Norte. Realização de oficinas locais de fortalecimento comunitário para a participação nos conselhos gestores das UC e sobre criação de RESEX nos estados de Sergipe e Paraná.
- Realização de consultas e audiências públicas para criação de Reservas Extrativistas.
- Articulação institucional com Prefeitura de Araiões/MA, secretários, lideranças locais das Canarias e FUNASA/PI para tratar de resíduos sólidos e saneamento para comunidades extrativistas.
- Apoio ao funcionamento do Grupo de Trabalho de Reformulação do CNPT e apoio à realização do Encontro de Estruturação do CNPT, com lideranças extrativistas e gestores das UCs e Centros de Pesquisa.

## Produção e Uso Sustentável

Neste processo, busca-se apoiar as ações produtivas das comunidades tradicionais, a melhoria de seus sistemas de produção e fortalecer a participação dessas ações nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Tal apoio foi planejado com vistas à obtenção de preços justos e segurança alimentar, assim como à conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, por meio do uso sustentável dos recursos naturais existentes nas Unidades de Conservação pelas populações tradicionais. Seus objetivos são (1) trabalhar estratégias promissoras de produção e uso sustentável dos recursos naturais; (2) promover o modo de vida dos PCT e valorização de seus conhecimentos; (3) promover o manejo adequado/racional dos recursos naturais, favorecendo a gestão integrada; e (4) viabilizar alternativas de geração e aumento da renda familiar.

Além das ações vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos e Política de Garantia de Preços Mínimos, operados pela CONAB, foram executadas as seguintes atividades:

- Participação em oficinas, envolvendo lideranças de comunidades extrativistas das RESEX, para diagnosticar as cadeias produtivas do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (Castanha e Babaçu) e para elaborar os planos de ação regionais;
- Participação em oficina de diagnósticos das cadeias produtivas do açaí e da andiroba da Ilha do Marajó - PA, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e parceiros estaduais;
- Acompanhamento de Reunião de Comunitários da RESEX Cazumbá Iracema/AC para discussão e elaboração de proposta de trabalho de cooperação com organizações não governamentais a ser desenvolvido junto às comunidades da RESEX;
- Realização das negociações necessárias para elaboração de acordo de Cooperação Técnica com a Unidade Federal do Acre com vistas à capacitação e ao treinamento de moradores de RESEX no uso de tecnologias de encaixados de borracha e apoio à realização de seminário sobre projetos produtivos na RESEX Cazumbá Iracema/AC, de finalização do Programa Biodiversidade Brasil-Itália – PPBI;
- Reuniões para Inserção do ICMBio no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e no Programa Mais Ambiente;
- Reuniões com o Projeto BMU/ARPA para avaliar o potencial de ação de fomento orientada para o estímulo de arranjos produtivos que envolvam UCs de Uso Sustentável e outras áreas protegidas;
- Participação no Encontro Nacional de RESEX Costeiras Marinhas; Grupo interinstitucional para seleção de 30 espécies e elaboração de cartilhas de boas práticas de manejo florestal de produtos não madeireiros; participação no Seminário “Modelos de Desenvolvimento para Produtos Florestais Não Madeireiros na Região da Terra do Meio” no Estado do Pará; e
- Participação na avaliação da consultoria executada com MFC na RESEX Verde Para Sempre-PA; Construção de parceria entre ICMBio, SFB e outras instituições visando a assistência técnica para implantação de Plano de Manejo Florestal Comunitário dessa RESEX.

### 2.3.10 Programa 1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Ampliar a participação do uso sustentável dos recursos da biodiversidade continental e marinha e das áreas protegidas no desenvolvimento nacional

<b>Objetivos específicos</b>	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes
<b>Gerente do programa</b>	Maria Cecília Wey de Brito
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Programa Multisetorial
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Programa Multisetorial
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Sociedade

### Principais ações do programa

- 2096 - Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico
- 20BA - Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza
- 2272 - Gestão e Administração do Programa
- 2C88 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Mata Atlântica e Pampas
- 2C89 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal
- 2C91 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Caatinga
- 2C92 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Costeiro e Marinho
- 2C93 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico
- 6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais
- 8278 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros
- 8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas

#### 2.3.10.1 Ação 2096 - Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Promover o estudo, proteção e manejo do patrimônio espeleológico nacional.
<b>Descrição</b>	Controle, monitoramento, manejo, ampliação do conhecimento e valoração do patrimônio espeleológico nacional, possibilitando troca de informações corretas e precisas entre o IBAMA e as instituições de pesquisa, órgãos encarregados da execução da política ambiental, visando promover o controle e monitoramento do avanço da degradação ambiental em sítios espeleológicos, bem como o controle do acesso e uso turístico em cavidades naturais subterrâneas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira

<b>Unidades executoras</b>	193113 IBAMA - Superintendência do Mato Grosso/MT
	193120 IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN
	443033 Instituto Chico Mendes - Sede
	443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO

Esta ação teve como resultados: criação do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico e revisão dos Marcos Legais; atualização permanente da Base de Dados Geoespacializados do CECAV, com a inclusão de 3.140 registros de cavernas, totalizando 9.152 cavernas cadastradas das quais 7.962 estão com seus dados disponibilizadas no site do CECAV; vistorias em cavernas nas regiões de São Desidério (BA), Altamira (PA), Belo Monte (PA), PARNA Amazônia (PA), Parques Estaduais do Alto Ribeira (SP), Intervalos (SP), Caverna do Diabo (SP) e Botuverá (SC).

### 2.3.10.2 Ação 20BA - Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	-
<b>Descrição</b>	-
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	-
<b>Coordenador nacional da ação</b>	-
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443035 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP 443050 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE 443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema

Esta ação teve como resultados o fortalecimento da infra-estrutura do PARNA da Lagoa do Peixe e da ESEC do Taim, ambos no estado do Rio Grande do Sul, e do CEMAVE, na Paraíba, o início da implementação do Sistema de Informação Geográfica sobre aves migratórias e o custeio de expedições de campo para coleta de dados biológicos, realizadas em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

### 2.3.10.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski

<b>Unidades executoras</b>	193100	IBAMA - Superintendência do Amazonas/AM
	193101	IBAMA - Superintendência de Alagoas/AL
	193102	IBAMA - Superintendência do Amapá/AP
	193103	IBAMA - Superintendência da Bahia/BA
	193104	IBAMA - Superintendência do Ceara/CE
	193105	IBAMA - Superintendência do Acre/AC
	193106	IBAMA - Superintendência Distrito Federal/DF
	193107	IBAMA - Superintendência do Espírito Santo/ES
	193108	IBAMA - Superintendência de Goiás/GO
	193110	IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA
	193111	IBAMA - Superintendência de Minas Gerais/MG
	193112	IBAMA - Superintendência Mato Grosso Sul/MS
	193113	IBAMA - Superintendência do Mato Grosso/MT
	193114	IBAMA - Superintendência do Para/PA
	193115	IBAMA - Superintendência da Paraíba/PB
	193116	IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE
	193117	IBAMA - Superintendência do Piauí/PI
	193118	IBAMA - Superintendência do Paraná/PR
	193120	IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN
	193121	IBAMA - Superintendência de Rondônia/RO
	193122	IBAMA - Superintendência de Roraima/RR
	193124	IBAMA - Superintendência do Rio Grande Sul/RS
	193125	IBAMA - Superintendência de Santa Catarina/SC
	193126	IBAMA - Superintendência de Sergipe/SE
	193129	IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP
	193130	IBAMA - Escritório Regional - Parnaíba/PI
	193183	IBAMA - Superintendência do Tocantins/TO
	193356	IBAMA - Gerencia Executiva - Santarém/PA
	193400	IBAMA - Gerencia Executiva - Marabá/PA
	443033	Instituto Chico Mendes – Sede
	443034	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB
	443035	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP
	443036	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO
	443037	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI
	443038	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN
443040	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA	
443043	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio.TAMAR	
443048	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU	
443050	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE	
443051	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA	
443052	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio.Ipanema	
443053	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR	

Os recursos foram utilizados para manutenção da Sede e de Unidade Descentralizadas deste Instituto.



### 2.3.10.4 Ação 2C88 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Mata Atlântica e Pampas

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.
<b>Descrição</b>	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski
<b>Unidades executoras</b>	<p>193099 IBAMA - Coordenação-Geral de Finanças - Cgfin</p> <p>193101 IBAMA - Superintendência de Alagoas/AL</p> <p>193102 IBAMA - Superintendência do Amapá/AP</p> <p>193103 IBAMA - Superintendência da Bahia/BA</p> <p>193104 IBAMA - Superintendência do Ceara/CE</p> <p>193106 IBAMA - Superintendência Distrito Federal/DF</p> <p>193107 IBAMA - Superintendência do Espírito Santo/ES</p> <p>193110 IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA</p> <p>193112 IBAMA - Superintendência Mato Grosso Sul/MS</p> <p>193114 IBAMA - Superintendência do Para/PA</p> <p>193115 IBAMA - Superintendência da Paraíba/PB</p> <p>193116 IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE</p> <p>193118 IBAMA - Superintendência do Paraná/PR</p> <p>193120 IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN</p> <p>193125 IBAMA - Superintendência de Santa Catarina/SC</p> <p>193126 IBAMA - Superintendência de Sergipe/Se</p> <p>193129 IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP</p> <p>193400 IBAMA - Gerencia Executiva - Marabá/PA</p> <p>443033 Instituto Chico Mendes – Sede</p> <p>443034 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB</p> <p>443035 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP</p> <p>443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO</p> <p>443037 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI</p> <p>443038 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN</p> <p>443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA</p> <p>443043 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio.TAMAR</p> <p>443048 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU</p> <p>443050 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE</p> <p>443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio.Ipanema</p>

### 2.3.10.5 Ação 2C89 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.
<b>Descrição</b>	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski
<b>Unidades executoras</b>	193104 IBAMA - Superintendência do Ceara/CE 193106 IBAMA - Superintendência Distrito Federal/DF 193108 IBAMA - Superintendência de Goiás/GO 193110 IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA 193111 IBAMA - Superintendência de Minas Gerais/MG 193112 IBAMA - Superintendência Mato Grosso Sul/MS 193113 IBAMA - Superintendência do Mato Grosso/MT 193114 IBAMA - Superintendência do Para/PA 193117 IBAMA - Superintendência do Piauí/PI 193118 IBAMA - Superintendência do Paraná/PR 193120 IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN 193122 IBAMA - Superintendência de Roraima/RR 193125 IBAMA - Superintendência de Santa Catarina/SC 193183 IBAMA - Superintendência do Tocantins/To 443033 Instituto Chico Mendes – Sede 443035 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP 443037 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI 443038 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA

### 2.3.10.6 Ação 2C91 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Caatinga

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.

<b>Descrição</b>	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski

<b>Unidades executoras</b>	193100	IBAMA - Superintendência do Amazonas/AM
	193102	IBAMA - Superintendência do Amapá/AP
	193103	IBAMA - Superintendência da Bahia/BA
	193104	IBAMA - Superintendência do Ceará/CE
	193108	IBAMA - Superintendência de Goiás/GO
	193110	IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA
	193111	IBAMA - Superintendência de Minas Gerais/MG
	193112	IBAMA - Superintendência Mato Grosso Sul/MS
	193113	IBAMA - Superintendência do Mato Grosso/MT
	193114	IBAMA - Superintendência do Pará/PA
	193115	IBAMA - Superintendência da Paraíba/PB
	193116	IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE
	193117	IBAMA - Superintendência do Piauí/PI
	193118	IBAMA - Superintendência do Paraná/PR
	193120	IBAMA - Superintendência Rio Grande Norte/RN
	193121	IBAMA - Superintendência De Rondônia/RO
	193122	IBAMA - Superintendência De Roraima/RR
	193125	IBAMA - Superintendência de Santa Catarina/SC
	193126	IBAMA - Superintendência de Sergipe/SE
	193129	IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP
	193130	IBAMA - Escritório Regional - Parnaíba/PI
	193356	IBAMA - Gerencia Executiva - Santarém/PA
	443033	Instituto Chico Mendes – Sede
	443034	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB
	443036	Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO
	443037	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI
	443038	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. RAN
	443039	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPERG
	443040	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA
	443041	Inst. Chico Mendes de Conser da Bio - CEPENE
	443042	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL
	443043	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR
	443048	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU
	443050	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE
	443051	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA
	443052	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema
	443053	Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

### 2.3.10.7 Ação 2C92 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Costeiro e Marinho

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.
<b>Descrição</b>	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski
<b>Unidades executoras</b>	193103 IBAMA - Superintendência da Bahia/BA 193107 IBAMA - Superintendência do Espírito Santo/ES 193110 IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA 193115 IBAMA - Superintendência da Paraíba/PB 193116 IBAMA - Superintendência de Pernambuco/PE 193118 IBAMA - Superintendência do Paraná/PR 193125 IBAMA - Superintendência de Santa Catarina/SC 193126 IBAMA - Superintendência de Sergipe/SE 193129 IBAMA - Superintendência de São Paulo/SP 193130 IBAMA - Escritório Regional - Parnaíba/PI 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443034 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB 443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO 443037 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443043 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR 443048 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU 443050 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEMAVE 443051 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA 443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema

### 2.3.10.8 Ação 2C93 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico

Tipo	Atividade
<b>Finalidade</b>	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.

<b>Descrição</b>	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski
<b>Unidades executoras</b>	160005 54 Batalhão de Infantaria de Selva 160346 Comando de Fronteira Rondônia/6 Bis 193033 IBAMA - Gerencia Executiva - Ji-Paraná/RO 193100 IBAMA - Superintendência do Amazonas/AM 193102 IBAMA - Superintendência do Amapá/AP 193103 IBAMA - Superintendência da Bahia/BA 193105 IBAMA - Superintendência do Acre/AC 193110 IBAMA - Superintendência do Maranhão/MA 193113 IBAMA - Superintendência do Mato Grosso/MT 193114 IBAMA - Superintendência do Para/PA 193121 IBAMA - Superintendência de Rondônia/RO 193122 IBAMA - Superintendência de Roraima/RR 193126 IBAMA - Superintendência de Sergipe/SE 193356 IBAMA - Gerencia Executiva - Santarém/PA 443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443034 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB 443043 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR 443048 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU 443053 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPNOR

### **Resultados das Ações de Biomas (2C88, 2C89, 2C91, 2C92 e 2C93):**

Essas ações, relacionadas a áreas protegidas, estão agrupadas por biomas e seus resultados estão apresentados abaixo.

Cabe ressaltar que os recursos dispendidos para as atividades realizadas diretamente nas Unidades de Conservação, no objeto da atribuição do ICMBio, que é a conservação da biodiversidade na Unidade, foram rateados entre estas ações. Dentre as diversas atividades realizadas, destacam-se:

#### **Macroprocesso uso Público e Negócios**

O objetivo deste macroprocesso é ampliar em qualidade e quantidade de visitação, com estabelecimento de contratos comerciais, cobrança de serviços ambientais e o uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios econômicos para o Sistema de Unidades de Conservação Federais e contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Ele é composto pelos processos de Serviços Ambientais, Desenvolvimento de Negócios, Visitação e Manejo Florestal Sustentável.

Este macroprocesso visa, também, a geração de benefícios econômicos para o Sistema de Unidades de Conservação Federais, por meio da cobrança pelos serviços e atividades desenvolvidas e promovidas pelas UCs, onde se inclui o manejo florestal sustentável, por meio da concessão florestal.

## Processo Serviços Ambientais

No exercício de 2009, foi proposto pelo Ministério do Meio Ambiente um de Projeto de Lei que trata de mecanismos e fundamentos jurídicos para pagamentos de serviços ambientais, que se encontra em tramitação. Dessa forma, as atividades para esse processo se concentram em apoio e suporte para o acompanhamento de tal Projeto.

## Processo Desenvolvimento de Negócios

No exercício de 2009 foram trabalhadas 12 Unidades de Conservação visando a concessão de serviços, a saber: PARNA Marinho de Fernando de Noronha, PARNA Marinho dos Abrolhos, PARNA da Tijuca, PARNA do Iguaçu, PARNA do Caparaó, PARNA Restinga de Jurubatiba, PARNA do Itatiaia, PARNA Serra dos Órgãos, PARNA Chapada dos Guimarães, PARNA de Ubajara, PARNA de Sete Cidades e FLONA de Ipanema.

## Processo Visitação

Existem hoje cerca de 100 Unidades de Conservação abertas à visitação. Estas receberam, em 2009, cerca de 3,8 milhões de visitantes. Este dado representa um incremento de 12,7% em relação a 2008. Ao todo, são 220 Unidades de Conservação que desenvolvem atividades voltadas à educação ambiental, visitação e pesquisa.

No sentido de incrementar e qualificar as Unidades de Conservação, foram desenvolvidos trabalhos específicos em 19 UCs, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Unidade de Conservação	Ação	Status
PN Marinho Fernando de Noronha/PE	Plano de revitalização para a visitação no parque.	Elaborado
	Elaboração de um projeto de recuperação de trilhas.	Elaborado
	Elaboração do projeto expositivo do centro de visitantes.	Elaborado
	Estudo de capacidade náutica.	Elaborado
PN Marinho dos Abrolhos	Plano de revitalização do uso público para o Parque.	Elaborado
PN Iguaçu	Projeto da ciclotrilha, reforma do Hotel Cataratas e outras atividades na área do Parque.	Concluído.
	Aplicação do projeto piloto do SEBRAE de Sistema de Gestão Ambiental e certificação ISO 14001 do PN, estabelecido pelo MMA.	Efetuada.
	Elaboração do novo formulário de pesquisa do perfil do visitante do Parque.	Elaborado
	Revisão do Plano de Manejo em área de Uso Público	Em andamento
	Acordo de Cooperação para viabilização das áreas de Uso Público comum aos dois parques	Em andamento
PN Restinga de Jurubatiba	Avaliação das áreas de uso pública do PN, previstos no Plano de Manejo.	Realizada
PN Chapada dos Guimarães	Implementação e acompanhamento das estruturas de visitação do plano de uso público emergencial para reabertura da unidade.	Concluído
	Reedição de Termo de Reciprocidade com SEDTUR-MT para a implementação de estruturas de visitação no PNCG	Previsão de conclusão em fev de 2010
	Recebimento e correções nos Projetos de estruturação do Uso Público na UC doados pelo Governo do Estado de MT	Concluído
PN Chapada dos Veadeiros	Contratação do projeto de sinalização e interpretação das trilhas do Parque e sua análise.	Previsão de conclusão em jan de 2010.
	Contratação da elaboração de projetos para equipamentos facilitadores e reforma de trilhas, e sua análise.	Previsão de conclusão em jan de 2010.
PN Lençóis Maranhenses	Projeto de Exposição Interpretativa para o Centro de Visitantes	Concluído.
	Portaria para ordenamento do Uso Público na UC	Elaborado

<b>PN Anavilhanas</b>	Plano Emergencial de Uso Público	Em elaboração
<b>PN de Brasília</b>	Elaborar termos de referência para projetos de revitalização do UP para apresentação ao GDF	Concluído
<b>PN Serra dos Órgãos</b>	<p>Recursos MTur</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação Trilha Suspensa.</li> <li>- Construção do Abrigo Açu e banheiros secos na trilha da travessia</li> <li>- Revitalização das Portarias.</li> <li>- Revitalização dos Banheiros da sede Guapimirim.</li> <li>- Reforço estrutural Museu Von Martius.</li> <li>- Sinalização Bilingue.</li> <li>- Contenção de rocha na estrada da barragem.</li> <li>- Impermeabilização Piscina (parcial)</li> <li>- Conclusão do Muro de escalada.</li> </ul> <p>Recursos MMA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Revitalização da Casa do Voluntário.</li> <li>- Substituição dos sistemas sanitários.</li> <li>- Recuperação da Estrada da Barragem</li> <li>- Implantação da Exposição Interpretativa em Teresópolis e Petrópolis</li> <li>- Construção da trilha suspensa na sede de Guapimirim</li> </ul>	Realizado
<b>PN Serra do Divisor</b>	Acordo de Cooperação para implementação da visitação no PN da Serra do Divisor.	Em negociação
	Elaboração de Portaria para ordenamento do Uso Público na UC	Elaborado
<b>PN Jericoacoara</b>	Elaboração do Plano de Manejo e de Uso Público do parque	Em andamento
<b>FLONA de Ipanema</b>	Revisão do Plano de Manejo em área de Uso Público	Em andamento
<b>APA Costa dos Corais</b>	Elaboração de Portaria Normativa visando o ordenamento do turismo na região de Maragogi e Paripueira	Portaria elaborada e publicada
<b>PN de Ubajara</b>	Detalhamento do plano de uso público	Elaborado.
<b>PN Serra das Confusões</b>	Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia	Elaborados
	Acompanhamento da licitação e obras	Previsão 1º semestre de 2010
<b>PN Serra da Capivara</b>	Plano de revitalização para a visitação no parque.	Elaborado
<b>PN Campos Amazônicos</b>	Plano de Uso Público	Elaborado
<b>PN da Tijuca</b>	Concurso público para seleção de projeto de revitalização do Hotel das Paineiras	Concluído

## Macroprocesso Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação

Esse macroprocesso é composto pelos processos de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo, Mosaicos e Corredores e Avaliação da Implementação de Unidades de Conservação.

### Processo Elaboração e Revisão de Plano de Manejo

O Plano de Manejo é um documento elaborado de forma a ser o principal instrumento para o planejamento e a gestão da Unidade de Conservação. Embora não seja o único instrumento necessário, ele apresenta um diagnóstico de referência e insere os projetos, programas e metas para que a unidade cumpra os objetivos de sua criação.

Na elaboração de um plano de manejo são realizados o diagnóstico socioeconômico e o diagnóstico da biodiversidade, que são consolidados em um mapa situacional da unidade. Para se chegar a este mapa situacional, realizam-se intensivos trabalhos de campo e diversas oficinas de diagnóstico para o planejamento.



Em uma primeira análise, identificou-se a seguinte situação:

- Das 304 Unidades de Conservação existentes, apenas 80 tinham planos de manejo elaborados e em implementação, sendo que aproximadamente 60% destes correspondem a planos de manejo de Unidades de Conservação de proteção integral; e
- Havia 107 planos de manejo das diferentes categorias de Unidade de Conservação em diferentes estágios de elaboração.

Observou-se que, no momento dessa análise (maio de 2009), não havia identificação clara da demanda existente de planos de manejo de RPPN. No entanto, estes foram sendo sistematicamente incluídos nas demandas do Instituto.

Os Roteiros Metodológicos de Planejamento são documentos orientadores para a elaboração dos Planos de Manejo, estabelecendo diferentes etapas no processo de elaboração dos planos de manejo, passando pelo diagnóstico (levantamentos de campo), reuniões participativas e elaboração do planejamento.

A revisão do Roteiro Metodológico para Planejamento de Florestas Nacionais deu início em oficina realizada em Brasília entre os dias 4 e 6 de fevereiro de 2009. Nesta oficina, que contou com a participação de dirigentes e técnicos do MMA, Serviço Florestal Brasileiro e ICMBio, foram discutidos os principais pontos para a revisão do documento de orientação para o planejamento que culminou com a publicação da Portaria nº 79, de 04/09/2009, que aprovou o Roteiro Metodológico.

A revisão do Roteiro Metodológico para Planejamento de Parques Nacionais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas é resultado de uma série de discussões prévias, que se iniciaram ainda em 2008, entre os técnicos de planejamento, consultores do programa ARPA e outros parceiros. A nova proposta de roteiro metodológico, ainda não finalizada, será discutida em 2010 com os demais técnicos do ICMBio e parceiros que nos apóiam na elaboração dos Planos de Manejo.

No exercício de 2009 foram trabalhados 121 planos de manejo, sendo 41 de Unidades de Conservação de proteção integral e 80 de Unidades de Conservação de uso sustentável, dos quais 14 foram publicados, conforme demonstra a tabela a seguir:

UC	UF	SITUAÇÃO
<b>BIOMA AMAZÔNIA</b>		
EE Rio Acre	AC	Plano finalizado e encaminhado para análise no Conselho de Defesa Nacional
EE de Jarí	AP	Fase de Diagnóstico
EE Terra do Meio	PA	Fase de Diagnóstico
EE Cuniã	RO	Fase de Diagnóstico
EE de Maracá	RR	Fase de Planejamento
FLONA Altamira	PA	Fase de Diagnóstico
FLONA Amapá	AP	Fase de Planejamento
FLONA Amana	PA	Versão Final
FLONA Crepori	PA	Versão Final
FLONA Jamanxin	PA	Fase de Diagnóstico
FLONA Trairão	PA	Versão Preliminar do Plano em Análise
FLONA Itaituba I	PA	Fase de Diagnóstico
FLONA Itaituba II	PA	Fase de Diagnóstico
FLONA Caxiuanã	PA	Fase de Diagnóstico
FLONA Humaitá	AM	Análise preliminar para contratação e elaboração do Termo de
FLONA Jacundá	RO	Fase de Diagnóstico
FLONA Macauã	AC	Finalizado e encaminhado para análise no Conselho de Defesa Nacional
FLONA São Francisco	AC	Finalizado e encaminhado para análise no Conselho de Defesa Nacional
FLONA Purus	AM	Plano finalizado e publicado
FLONA Mapiá-Inauini	AM	Plano finalizado e publicado

UC	UF	SITUAÇÃO
FLONA Saracá-Taquera	PA	Análise preliminar para contratação e elaboração do Termo de
PN Juruena	AM/MT	Elaboração do Planejamento
PN dos Campos Amazônicos	AM/RO/	Elaboração do Planejamento
PN do Cabo Orange	AP	Finalizado e encaminhado para análise no Conselho de Defesa Nacional
PN Montanhas do Tumucumaque	AP	Finalizado e encaminhado para análise no Conselho de Defesa Nacional
PN Mapinguari	AM	Análise preliminar para contratação e elaboração do Termo de
PN Serra do Pardo	PA	Fase de Diagnóstico
PN Rio Novo	PA	Análise preliminar para contratação e elaboração do Termo de
PN Pacaás Novos	RO	Plano finalizado e publicado
PN de Viruá	RR	Fase de Planejamento
REBIO Lago Piratuba	AP	Fase de Planejamento
REBIO Nascentes da Serra do	PA	Plano finalizado e publicado
REBIO Tapirapé	PA	Plano finalizado e encaminhado para análise na PFE e assinatura
REBIO de Jaru	RO	Revisão - Fase de Planejamento
RESEX Riozinho da Liberdade	AC	Versão preliminar do Plano em análise
RESEX Alto Tarauacá	AC	Fase de Diagnóstico
RESEX Mapuá	AC/PA	Fase de Diagnóstico
RESEX Baixo Juruá	AM	Plano finalizado e publicado
RESEX Auati-paraná	AM	Fase de Diagnóstico
RESEX Arapixi	AM	Versão final em análise
RESEX Capanã Grande	AM	Estudos Fase I concluídos
RESEX Rio Unini	AM	Estudos Fase I concluídos
RESEX Rio Jutai	AM	Estudos Fase I concluídos
RESEX Medio Juruá	AM	Estudos Fase I concluídos
RESEX Rio Cajari	AP	Estudos Fase I concluídos
RESEX Rio Xingu	PA	Versão final do Plano em análise
RESEX Verde para Sempre	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Tapajós-Apiuns	PA	Versão final do Plano em análise
RESEX Riozinho do Anfriso	PA	Versão final do Plano em análise
RESEX Rio Iriri	PA	Versão final em análise
RESEX Maracanã	PA	Fase de Diagnóstico
RESEX Mãe Grande de Curuçá	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Gurupá-Melgaço	PA	Fase de Diagnóstico
RESEX São João da Ponta	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Chocoaré-Mato Grosso	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Arioca-Pruanã	PA	Fase de Diagnóstico
RESEX Quilombo do Frexal	MA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Cururupu	MA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Ciriaco	MA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Barreiro das Antas	RO	Versão final do Plano em análise
RESEX Rio Ouro Preto	RO	Estudos Fase I concluídos
RESEX do Rio Cautario	RO	Estudos Fase I concluídos
RESEX Lago Cuniã	RO	Fase de Diagnóstico
<b>BIOMA CAATINGA</b>		
FLONA Açú	RN	Plano de Manejo em elaboração
FLONA Nísia Floresta	RN	Fase de Diagnóstico
PN Chapada da Diamantina	BA	Plano finalizado e publicado
REBIO Serra Negra	PE	Fase de planejamento.
RESEX Batoque	CE	Fase de Diagnóstico
<b>BIOMA CERRADO</b>		
APA da Bacia do Rio Descoberto	DF	Fase de Diagnóstico
APA Morro da Pedreira	MG	Fase de Planejamento
PN da Chapada dos Veadeiros	MG	Processo final de elaboração faltando apenas o Resumo Executivo.
PN Serra do Cipó	MG	Plano finalizado e publicado
PN Chapada dos Guimarães	MT	Plano finalizado e publicado

UC	UF	SITUAÇÃO
PN Serra da Bodoquena	MS	Fase de Planejamento.
RESEX Lago do Cedro	GO	Estudos Fase I concluídos
RESEX Recanto das Araras de Terra	GO	Estudos Fase I concluídos
RESEX Mata Grande	MA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Chapada Limpa	MA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Extremo Norte do Tocantins	TO	Estudos Fase I concluídos
<b>BIOMA MARINHO E COSTEIRO</b>		
APA Anhatomirim	SC	Fase de Diagnóstico
EE da Guanabara	RJ	Fase de Planejamento
EE de Tupiniquins	SP	Plano finalizado e encaminhado para análise na PFE e assinatura
EE Carijós	SC	Plano em revisão
PN Jericoacoara	CE	Fase de Planejamento
REBIO Atol das Rocas	RN	Plano finalizado e publicado
REBIO Santa Isabel	SE	Fase de Planejamento
RESEX Baía de Iguape	BA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Ponta do Corumbau	BA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Cassurubá	BA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Marinha Canavieiras	BA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Delta do Parnaíba	MA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Marinha Araí-Peroba	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Marinha Tracuateua	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Marinha de Soure	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Marinha Gurupi-Piriá	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Marinha Caeté-Taperuaçu	PA	Estudos Fase I concluídos
RESEX Arraial do Cabo	RJ	Estudos Fase I concluídos
RESEX Mandira	SP	Versão final e análise
RESEX Marinha Pirajubaé	SC	Estudos Fase I concluídos
<b>BIOMA MATA ATLÂNTICA</b>		
EE Murici	AL	Fase de Diagnóstico
FLONA Pacotuba	ES	Fase de Planejamento
FLONA Passa Quatro	MG	Plano finalizado e publicado
FLONA Ibirama	SC	Plano de Manejo aprovado e publicado.
FLONA Ibirama	SC	Plano finalizado e publicado
FLONA Chapecó	SC	Fase de Planejamento
FLONA Passo Fundo	SC	Fase de Planejamento
FLONA Tres Barras	SC	Fase de Diagnóstico
FLONA Ipanema	SP	Revisão do Plano em andamento
PN Descobrimento	BA	Fase de Diagnóstico
PN Pau Brasil	BA	Fase de Diagnóstico
PN Caparaó	MG	Revisão do Plano em andamento
PN Iguaçu	PR	Revisão do Plano em andamento
PN Itatiaia	RJ	Revisão do Plano finalizada
PN Serra da Bocaina	RJ	Revisão do Plano em andamento
PN da Serra dos Órgãos	RJ	Revisão do Plano de Manejo aprovado e publicado.
PN Serra do Itajaí	SC	Plano finalizado e publicado
PN Araucárias	SC	Fase de Planejamento
PN da Serra do Itajaí	SC	Elaboração do Encarte: Planejamento e Versão Resumida
REBIO Sooretama	ES	Diagnóstico para revisão do Plano
RESEX Lagoa do Jequiá	AL	Estudos Fase I concluídos
RESEX Acaú-Goiana	PR	Estudos Fase I concluídos

## Processo Mosaicos e Corredores

O Corredor Ecológico e o Mosaico de Unidades de Conservação são instrumentos de gestão territorial para a conservação, legitimados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000), que tem por finalidade o fortalecimento da gestão integrada, o ordenamento territorial e a integração com as comunidades do entorno, associando as práticas de preservação da biodiversidade, de valorização da sociobiodiversidade e de desenvolvimento sustentável no contexto regional, buscando garantir a perenidade dos processos ecológicos, do fluxo gênico e da dispersão das espécies, no sentido de afastar a ameaça do isolamento das Unidades de Conservação.

No exercício de 2009, o ICMBio iniciou o processo de mapeamento, levantamento e sistematização em banco de dados das informações relativas às iniciativas de corredores ecológicos e de gestão integrada entre as Unidades de Conservação Federais distribuídas por todos os biomas brasileiros. Este trabalho foi fundamental para subsidiar a elaboração de uma normativa que estabelecerá as diretrizes para o planejamento, implantação e coordenação dos instrumentos de gestão territorial para a conservação.

O ICMBio prestou apoio técnico de modo a auxiliar o planejamento, implementação e reconhecimento das seguintes iniciativas de Mosaicos: Baixo Rio Negro, Norte do Amapá, Extremo Sul da Bahia, Mico Leão Dourado, Ibiapaba – Sobral, Costa dos Corais, Amazônia Meridional, Serra Geral do Tocantins/Jalapão, Nascentes de Rondônia, Cuniã-Jacundá, Carajás/Tapirapé e Matinguari/Ituxi. Além das iniciativas de gestão integrada, o Instituto também orientou e apoiou tecnicamente as ações de implementação em Mosaicos já reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente: Mosaico de Unidades de Conservação da Mantiqueira (Portaria nº 351/2006), da Mata Atlântica Central Fluminense (Portaria nº 350/2006) e do Sertão Veredas – Peruaçu (Portaria nº 128/2009).

Em relação aos Corredores Ecológicos, foi realizado o acompanhamento técnico das atividades do Projeto Corredores Ecológicos (PPG7/MMA) - Corredor Central da Mata Atlântica, que visa a implementação, proteção, manejo e integração com o entorno das seguintes Unidades de Conservação Federais: PARNA do Descobrimento, PARNA do Pau Brasil, PARNA do Monte Pascoal, PARNA Marinho dos Abrolhos, RESEX Corumbau, RESEX Cassurubá, REBIO de Uma, RVS de Uma, RESEX Canavieiras, RVS Rio dos Frades, REBIO Sooretama, REBIO Augusto Ruschi, REBIO Córrego Grande, REBIO Córrego do Veado, REBIO Comboios, FN Pacotuba, FN Rio Preto e FN Goycatazes. Ainda foram realizadas reuniões para elaboração do planejamento operativo para a segunda etapa do Projeto Corredores Ecológicos (MMA/KfW) - Corredor Central da Amazônia e Corredor Central da Mata Atlântica – previsto para iniciar em 2010.

No final de 2009, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Japonesa de Cooperação – JICA e Agência Brasileira de Cooperação – ABC para a implantação do Corredor Ecológico da região do Jalapão. Realizaram-se reuniões de planejamento para iniciar as ações no PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba, na APA Serra da Tabatinga e na ESEC da Serra Geral do Tocantins.

Foram, ainda, realizadas reuniões para levantamento de informações e elaboração da proposta de Corredor Ecológico entre o PARNA Chapada dos Veadeiros e a RPPN Serra do Tombador, em cooperação com a The Nature Conservancy - TNC, a Fundação O Boticário e a Secretaria de Meio-Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás – SEMARH/GO.

Foram realizadas reuniões para elaboração de acordo de cooperação entre o ICMBio e o governo da França para desenvolver ações de proteção, pesquisa e manejo da biodiversidade entre as áreas protegidas localizadas na fronteira do Amapá e da Guiana Francesa. Neste contexto, o ICMBio também acompanhou as ações realizadas pelo Projeto “Fortalecimento da Gestão Integrada e Participativa em Mosaicos de Áreas Protegidas para o Desenvolvimento Territorial Sustentável”, cujo plano de trabalho foi assinado em 22 de dezembro de 2008, entre o Ministério das Relações Exteriores da França (DAECL), a Federação dos Parques Naturais Regionais na França e a Secretaria da Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, como parte integrante do Memorando de Entendimento para o Meio Ambiente firmado entre o Brasil e a França em 2004.

## Processo Avaliação da Implementação de Unidades de Conservação

Dentro desse processo, as atividades realizadas em 2009 foram:

- Participação na análise revisão da Avaliação de Efetividade de Gestão (RAPPAM) nos Estados do Acre, Mato Grosso e Amapá em parceria com o World Wildlife Fund – WWF;
- Discussão e elaboração da proposta para a aplicação do RAPPAM 2010 Nacional;
- Acompanhamento do Programa de Gestão por Resultados (PGR/ARPA) nas REBIO Jaru e Uatumã, PARNA Serra da Cutia e Viruá, ESEC Maracá e RESEX Cazumbá Iracema;
- Acompanhamento e gestão do Programa ARPA; e
- Elaboração dos protocolos (clima, paisagem, recursos hídricos, biodiversidade e socioambiental) para o Sistema de Monitoramento da Biodiversidade – SIMBIO, no âmbito do ARPA.

### 2.3.10.9 Ação 6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Realizar a regularização fundiária das Unidades de Conservação federais de domínio público, obedecendo aos critérios técnicos e jurídicos garantindo a disposição destas áreas para o cumprimento dos objetivos de criação.
<b>Descrição</b>	Pagamento das indenizações referentes à regularização fundiária das áreas inseridas nas unidades de conservação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Silvana Canuto Medeiros
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede

Os principais resultados desta ação foram:

- Elaboração e Publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 2/2009, que regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em UCs Federais de domínio público;
- Definição de instrumento normativo e procedimentos para transferência de terras públicas federais e de bens da União localizados em Unidades de Conservação para o ICMBio, resultando na publicação da Portaria Interministerial MMA-MPOG nº 436/2009. Este instrumento possibilitará a concessão de direito real de uso do território às populações tradicionais beneficiárias das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, garantindo seu acesso pleno as políticas públicas. Possibilitará também a licitação para uso público em UCs;
- Realização de Acordo de Cooperação Técnica com Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, viabilizando a operacionalização da Compensação de Reserva Legal em UCs no estado;
- Realização de Acordo de Cooperação Técnica com Secretaria de Meio Ambiente no Estado do Mato Grosso, viabilizando a operacionalização da Compensação de Reserva Legal em UCs no estado;
- Elaboração de um banco de dados para organizar todos os processos referentes à regularização fundiária e dados georeferenciado dos imóveis inseridos do PARNA da Serra da Canastra e do PARNA Grande Sertão Veredas;

- Vistoria de Avaliação e instrução Processual de imóveis a serem desapropriados nos PARNAs Restinga de Jurubatiba/RJ, Bodoquena/MS, Lagoa do Peixe/RS, Serra da Canastra/MG e Chapada Diamantina/BA;
- Acompanhamento de perícia judicial de desapropriação indireta de imóveis localizados nos PARNAs Grande Sertão Veredas/BA e Serra da Bocaina/SP/RJ.
- Elaboração, sistematização e disponibilização na página do ICMBio na internet e intranet de dados literais e geográficos das Unidades de Conservação, com atualização periódica;
- Definição de metodologia e procedimentos e acompanhamento da demarcação das UCs localizadas na ALAP da BR 319;
- Realização de oficinas de capacitação em serviço dos Analistas Ambientais de UC em procedimentos de regularização fundiária nas Coordenações Regionais de Lagoa Santa, Carijós e Chapada dos Guimarães; e
- Acompanhamento e avaliação dos estudos de levantamentos fundiários das 20 RESEX (criadas ou em processo de criação) contratados com recursos internacionais.

Durante a execução dessa ação, foram esses os principais problemas enfrentados:

- A disponibilização de recursos para essa ação foi feita em categoria econômica e grupo de natureza da despesa equivocados, que não permitiram sua aplicação na obtenção de terras. Sua unidade de medida é hectares de terra, quando deveria ser Unidade de Conservação. O orçamento foi disponibilizado integralmente em Despesa Corrente - Outras Despesas Correntes, quando deveria ter sido disponibilizado em Despesa de Capital- Aquisição de Imóveis;
- Carência de pessoal para realizar pesquisas cartoriais, trabalhos de campo de vistoria e avaliação de imóveis e instrução processual; e
- Ausência de normativos que possibilitassem a viabilização de obtenção de terras e benfeitorias e a transferência de áreas de domínio da União para o ICMBio. Esse óbice foi contornado por meio da publicação da IN ICMBio nº 2/2009 e da portaria Interministerial MMA-MPOG nº 436/2009.

#### **2.3.10.10 Ação 8278 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros**

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver instrumentos para compor um sistema de gestão participativa e sustentável no âmbito dos biomas que visem orientar as práticas de conservação e uso dos mesmos. Esses instrumentos farão parte do sistema de gestão, gerando informações substantivas sobre os biomas e articulando os diversos segmentos de governo e sociedade, de forma a orientar ações específicas relacionadas as suas realidades socioambientais.

<b>Descrição</b>	Diagnósticos e estudos que abordem questões ambientais, políticas e sócio-econômicas, como também os impactos das cadeias produtivas e obras de infra-estrutura; desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento sócio ambiental integrado, que deve abordar a saúde dos distintos ecossistemas de cada bioma, utilizando uma base de dados georreferenciada a ser desenvolvida; aferição do sistema de monitoramento integrado, com construção e implementação de banco de dados e portal de disseminação de informações de monitoramento sobre remanescentes florestais degradação ambiental e uso das terras ou da saúde dos ecossistemas - para aqueles que não apresentam cobertura vegetal, como os corais; articulação e integração das ações entre os distintos níveis de governo, ONG, setor privado, academia, agências implementadoras e demais atores, aproveitando, inclusive, essas atividades para estimular a replicação de experiências exitosas de conservação e de práticas sustentáveis; desenvolvimento, proposição, apoio à implantação e acompanhamento de planos de ações ou estratégicos e políticas de preservação, conservação, recuperação e uso sustentável destes biomas em nível nacional. Os instrumentos desenvolvidos devem contemplar a integração com outros setores, considerando as suas distintas políticas; apoiar a criação e implantação de redes de áreas protegidas em cada bioma, que abordem questões ambientais, políticas, econômicas e sociais; elaboração de documentos técnicos e normativos e organização de eventos com o objetivo de contribuir para a articulação de políticas públicas voltadas à conservação, preservação, recuperação e uso sustentável dos Biomas; desenvolvimento de planos nacionais específicos para conservação e gestão participativa e sustentável dos diversos ecossistemas de cada bioma.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Marcelo Marcelino de Oliveira
<b>Unidades executoras</b>	

O contingenciamento de recursos decorrente do Decreto nº 6.808, de 27 de março de 2009, afetou a execução de algumas ações ao longo do ano de 2009. Na ocasião do descontingenciamento, não havia tempo hábil para trabalhar no desenvolvimento de um sistema, inclusive por falta de condições apropriadas. Para esse fim, parte do recurso foi utilizado na manutenção e operacionalização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade, previsto para o ano de 2010.

### 2.3.10.11 Ação 8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Apoiar iniciativas de criação e gestão de unidades de conservação, assim como o apoio a ações de conservação e uso sustentável do entorno de UC, associado a geração de emprego e renda para as populações locais.

<b>Descrição</b>	Apoio técnico e financeiro a iniciativas de criação, implantação e gestão de áreas protegidas, incluindo a realização de levantamentos de campo e estudos, realização de consultas públicas, elaboração de instrumentos de planejamento, capacitação, promoção da visitação pública, educação ambiental e pesquisa científica, elaboração e publicação de material didático e técnico; realização e apoio a reuniões, oficinas e outros eventos; articulação institucional com os diferentes projetos, programas e ações do governo e da sociedade; aquisição de material permanente e material de consumo, aquisição e manutenção de veículos, realização de obras; aquisição de mapas, imagens de satélite e serviços de geoprocessamento; pagamento de passagens e diárias. Serão apoiadas também iniciativas visando o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis no interior e no entorno de unidades de conservação e outras áreas protegidas, incentivando a geração de emprego e renda, bem como a implementação de atividades de prevenção e recuperação de danos causados pela indústria do petróleo.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo José Soavinski
<b>Unidades executoras</b>	443033 Instituto Chico Mendes - Sede 443034 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio - CPB 443035 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio CENAP 443036 Inst. Chico Mendes de Cons. da Bio PNSO 443037 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNI 443040 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPTA 443042 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CEPSUL 443043 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. TAMAR 443048 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. PNIGUACU 443051 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. CMA 443052 Inst. Chico Mendes de Conser. da Bio. Ipanema

No processo de criação estão previstas as seguintes etapas: vistoria de campo, estudos preliminares das áreas, reuniões comunitárias, consultas públicas, elaboração do memorial descritivo e, por último, a elaboração da minuta do decreto de criação.

Em 2009 envidaram-se esforços no sentido de desenvolver ações para criação, ampliação e revisão de limites de Unidades de Conservação Federais, tais como:

- Criação de 4 novas Unidades de Conservação Federais, com incremento de 368.837 hectares ao SNUC, a saber:

<b>Unidade de Conservação</b>	<b>UF</b>	<b>Área (ha)</b>
MONA do Rio São Francisco	AL/BA/SE	26.715
RESEX Cassurubá	BA	100.687
RESEX Prainha do Canto Verde	CE	29.694
RESEX Renascer	PA	211.741

- Redefinição de limites de duas Unidades de Conservação já existentes: RESEX Baía do Iguape/BA e FLONA Roraima/RR;
- Encaminhamento à Presidência do ICMBio de cinco propostas:
  - Minuta de decreto retificando os limites da REBIO Santa Isabel/SE;



- Minuta de projeto de lei redefinindo o limite da FLONA Bom Futuro/RO;
- Minuta de projeto de lei ampliando o PARNA Mapinguari/RO;
- Minuta de decreto estabelecendo os limites definitivos do PARNA Saint Hilaire-Lange/PR; e
- Criação da RESEX Imbituba-Garopava/SC.
- Realização de cinco consultas públicas referentes à criação de novas propostas de UC (RESEX Sirinhaém/PE, PARNA Guaricana/PR, REBIO Bom Jesus/PR, PARNA Altos da Mantiqueira/MG-RJ-SP e RVS Peixe-Boi Marinho/PI-CE).
- Em relação aos estudos e atividades inerentes ao processo de criação de UCs, o Instituto conta atualmente com o seguinte grau de elaboração de propostas de criação de UCs de categorias outras que não Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável:
  - 5 propostas encaminhadas ao MMA e que dependem de negociação final com estados, outros ministérios e Casa Civil para sua conclusão;
  - 6 propostas em conclusão com consultas públicas realizadas (etapa propositiva);
  - 11 propostas, em fase de finalização, de estudos técnicos e prontas para a realização de consultas públicas (etapa consultiva); e
  - 96 propostas em fase de elaboração de estudos técnicos ou análise de mérito e com estudos previstos em curto prazo (etapa analítica ou etapa preliminar).
- Realizou-se oficina para a revisão e organização dos processos de criação de RESEX e RDS, que permitiu constatar a seguinte condição:
  - 132 processos com demanda e requerendo vistoria preliminar;
  - 26 processos com vistoria preliminar requerendo início dos estudos técnicos e mobilização social;
  - 34 processos com estudos técnicos em andamento;
  - 5 processos com estudos técnicos concluídos e consultas públicas a realizar;
  - 2 processos com consultas públicas realizadas; e
  - 1 processo em fase final de instrução.
- No setor de criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), as principais atividades foram:
  - 29 RPPNs criadas, num total de 11.491 ha;
  - 252 processos de criação de RPPN analisados;
  - Análise, triagem e organização de 400 processos de RPPN já criadas; e
  - Implantação do Sistema Informatizado de RPPN – Módulo Criação.

## 2.4. Desempenho Operacional

### 2.4.1. Programação Orçamentária

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	44207	443032

### Programação de Despesas Correntes

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2.009,00	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	215.663.701	-	-	-	123.615.361	
	PLOA	201.978.835	215.663.701	-	-	117.535.213	123.615.361	
	LOA	201.978.835	215.663.701	-	-	99.329.692	95.789.469	
CRÉDITOS	Suplementares		800.000	-	-	-	16.527.772	42.175.467
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	27.724
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	751.000
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	8.800.000	-	-	-	176.299
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>202.778.835</b>	<b>206.863.701</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>115.857.464</b>	<b>138.567.361,00</b>	

### Programação de Despesas de Capital

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2.009,00
LOA	Dotação proposta pela UO	-	18.275.000	-	-	-	-
	PLOA	14.800.649	18.275.000	-	-	-	-
	LOA	10.882.571	18.575.000	-	-	620.000	-
CRÉDITOS	Suplementares		3.731.382	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	1.446.000	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	11.558.594	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>14.613.953</b>	<b>8.462.406</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>620.000</b>	<b>-</b>

## Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2.009,00
<b>LOA</b>	Dotação proposta pela UO	-	339.279.062	-	18.275.000	-	-
	PLOA	319.514.048	339.279.062	14.800.649	18.275.000	-	-
	LOA	301.308.527	311.453.170	10.882.571	18.575.000	620.000	-
<b>CRÉDITOS</b>	Suplementares	17.327.772	42.175.467	3.731.382	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	27.724	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	751.000	-	1.446.000	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	8.976.299	-	11.558.594	-	-
Outras Operações	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		<b>318.636.299</b>	<b>345.431.062</b>	<b>14.613.953</b>	<b>8.462.406</b>	<b>620.000</b>	<b>-</b>

## Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

R\$ 1,00

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Interna</b>	<b>Concedidos</b>	<b>193034</b>	18122010422720001	-	-	17.207,06
			18122050822720001	-	-	202.467,39
			18122051122720001	-	-	410.346,58
			18122075020000001	-	-	2.575.796,98
			18122114522720001	-	-	179.555,41
			18122133222720001	-	-	3.264.227,69
			18125051160370001	-	-	2.258.057,68
			18126075020030001	-	-	1.976.427,03
			18128114560600001	-	-	90.948,63
			18541010449650001	-	-	54.766,28
			18541010483520001	-	-	144.397,18
			18541050683000001	-	-	50.430,78
			18541050829340001	-	-	178.338,55
			18541133220960001	-	-	17.096,24
			1854113322C880001	-	-	1.336.501,73
			1854113322C890001	-	-	700.951,30
			1854113322C910001	-	-	1.314.987,96
			1854113322C920001	-	-	463.054,90

			1854113322C930001	-	-	1.058.375,73
		<b>193125</b>	18122133222720001	-	-	4.078,00
		<b>443019</b>	18541133284920086	-	-	94.665,12
	<b>Recebidos</b>	<b>193034</b>	18122075020000001	-	-	434.742,48
			18126075020030001	-	-	2.593.090,93
			18541010429330001	-	-	366.115,25
			18542010420940001	-	-	13.485,85
			1854201042C980001	-	-	67.575,83
			1854201042C990001	-	-	50.889,70
<b>Externa</b>			<b>Concedidos</b>	<b>110407</b>	18125051160370001	-
	<b>154003</b>	1854105082B070001		-	-	132.742,00
	<b>Recebidos</b>	<b>393003</b>	26542022562410001	-	-	3.213.176,20
<b>Despesas de Capital</b>						
<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>		<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>4 - Investimentos</b>	<b>5- Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Outras Despesas de Capital</b>
<b>Interna</b>	<b>Concedidos</b>	<b>193034</b>	1854113322C930001	41.670,00	-	-
	<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-
<b>Externa</b>	<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-
	<b>Recebidos</b>	<b>393003</b>	26782145612480013	10.804.700,00	-	-

## 2.4.2. Execução Orçamentária

### Despesas por Modalidade de Contratação Créditos Originários da UJ

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	<b>80.523.770,39</b>	<b>97.863.428,09</b>	<b>65.006.967,64</b>	<b>77.483.088,28</b>
Convite	117.243,36	158.005,12	117.243,36	5.940,00
Tomada de Preços	3.558.285,35	665.036,31	1.644.368,10	504.035,34
Concorrência	4.453.993,86	1.529.796,75	4.389.064,37	1.523.132,79
Pregão	72.394.247,82	95.510.589,91	58.856.291,81	75.449.980,15
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>13.503.615,58</b>	<b>17.754.123,18</b>	<b>11.452.592,87</b>	<b>14.688.455,55</b>
Dispensa	8.938.832,57	14.044.110,16	7.388.335,97	11.879.727,81
Inexigibilidade	4.564.783,01	3.710.013,02	4.064.256,90	2.808.727,74
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>1.971.219,97</b>	<b>1.458.070,16</b>	<b>1.800.034,78</b>	<b>1.413.108,73</b>
Suprimento de Fundos	1.971.219,97	1.458.070,16	1.800.034,78	1.413.108,73
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>169.512.891,48</b>	<b>189.771.650,11</b>	<b>169.495.737,98</b>	<b>189.764.623,94</b>
Pagamento em Folha	166.911.777,69	185.835.856,52	166.911.777,69	185.830.682,05
Diárias	2.601.113,79	3.935.793,59	2.583.960,29	3.933.941,89
Outros	17.100.012,19	15.932.482,18	15.876.193,64	12.920.363,85
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>282.611.509,61</b>	<b>322.779.753,72</b>	<b>263.631.526,91</b>	<b>296.269.640,35</b>

## Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 -Despesas de Pessoal</b>	<b>166.911.778</b>	<b>185.835.857</b>	<b>166.911.778</b>	<b>185.830.682</b>	-	<b>5.174</b>	<b>166.911.778</b>	<b>185.830.682</b>
01 - Aposentadorias e Reformas	62.757	631.143	62.757	631.143	-	-	62.757	631.143
03 - Pensões	121.397	334.970	121.397	334.970	-	-	121.397	334.970
04 - Contratação por Tempo Determinado	-	3.684.150	-	3.684.150	-	-	-	3.684.150
08 - Outros Benefícios Assistenciais	36.117	27.059	36.117	27.059	-	-	36.117	27.059
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	137.226.686	147.782.350	137.226.686	147.782.350	-	-	137.226.686	147.782.350
13 - Obrigações Patronais	27.702.798	31.676.222	27.702.798	31.676.222	-	-	27.702.798	31.676.222
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	278.790	470.488	278.790	470.488	-	-	278.790	470.488
91 - Sentenças Judiciais	839.914	792.650	839.914	792.650	-	-	839.914	792.650
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	477.765	212.327	477.765	207.152	-	5.174	477.765	207.152
96 - Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requisitado	165.553	224.498	165.553	224.498	-	-	165.553	224.498
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>102.048.934</b>	<b>129.586.158</b>	<b>90.927.838</b>	<b>109.241.769</b>	<b>11.121.097</b>	<b>20.344.389</b>	<b>83.646.149</b>	<b>101.112.321</b>
04 - Contratatacao por Tempo Determinado	2.697.296	1.906.398	2.697.296	1.906.398	-	-	-	-
08 - Outros Benefícios Assistenciais	277.395	467.176	277.395	467.176	-	-	-	-
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.960.000	3.320.837	1.942.846	2.918.985	17.154	401.852	1.942.846	2.918.045
15 - Diárias - Pessoal Militar	-	759.254	-	759.254	-	-	-	759.254
30 - Material de Consumo	10.506.582	12.926.888	7.180.985	5.119.953	3.325.597	7.806.935	7.161.043	5.119.953
33 - Passagens e Despesas Com Locomoção	2.495.285	3.766.813	2.334.348	3.160.339	160.937	606.475	2.334.348	3.160.307
36 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.421.136	1.747.565	1.396.317	1.528.533	24.819	219.033	1.262.336	1.371.427
37 - Locação de Mão-De-Obra	32.723.105	37.790.787	31.854.070	34.562.851	869.035	3.227.935	31.850.562	34.385.714
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	45.154.107	59.033.218	38.466.091	51.285.739	6.688.016	7.747.479	38.449.691	51.176.044
41 - Contribuições	13.500	-	-	-	13.500	-	-	-
46 - Auxílio-Alimentação	3.219.141	4.075.709	3.219.141	4.075.709	-	-	-	-

47 - Obrig.Tribut. e Contrib-Op.Intra-Orçamentárias	319.014	563.748	300.494	331.097	18.520	232.651	300.494	331.097
49 - Auxílio-Transporte	437.637	600.883	437.637	600.883	-	-	-	-
67 - Depósitos Compulsorios	-	56.558	-	56.558	-	-	-	56.558
91 - Sentenças Judiciais	10.348	37.700	10.348	37.700	-	-	10.348	37.700
92 - Despesas de Exercicios Anteriores	91.422	1.072.771	91.422	1.002.216	-	70.555	91.422	1.002.156
93 - Indenizações E Restituições	698.131	1.459.853	694.611	1.428.378	3.520	31.475	243.058	794.066
95 - Indenização pela Execução Trabalhos de Campo	24.836	-	24.836	-	-	-	-	-

### Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	<b>13.650.797</b>	<b>7.357.739</b>	<b>5.791.911</b>	<b>1.197.189</b>	<b>7.858.886</b>	<b>6.160.550</b>	<b>5.791.911</b>	<b>1.197.189</b>
51 - Obras e Instalações - Op.Int.Orc.	1.848.988	730.241	-	65.052	1.848.988	665.189	-	65.052
52 - Equip.e Material Permanente - Op.Intra-Orç.	11.801.809	6.277.498	5.791.911	1.132.137	6.009.898	5.145.361	5.791.911	1.132.137
61 - Aquisição de Imóveis	-	350.000	-	-	-	350.000	-	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Recebidos pela UJ

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	<b>1.262.415,11</b>	<b>16.211.257,35</b>	<b>986.683,10</b>	<b>8.055.506,87</b>
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.262.415,11	16.211.257,35	986.683,10	8.055.506,87
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>	<b>534.545,14</b>	<b>277.331,04</b>	<b>190.708,14</b>	<b>274.955,04</b>
Dispensa	147.537,37	135.836,12	136.200,37	133.460,12
Inexigibilidade	387.007,77	141.494,92	54.507,77	141.494,92
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>135.985,16</b>	<b>16.450,59</b>	<b>132.181,01</b>	<b>15.272,78</b>
Suprimento de Fundos	135.985,16	16.450,59	132.181,01	15.272,78
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>87.858,53</b>	<b>458.464,18</b>	<b>87.858,53</b>	<b>458.464,18</b>
Pagamento em Folha	-	-	-	-

Diárias	87.858,53	458.464,18	87.858,53	458.464,18
Outros	13.033,11	13.022,75	13.033,11	13.022,75
<b>TOTAL</b>	<b>2.033.837,05</b>	<b>16.976.525,91</b>	<b>1.410.463,89</b>	<b>8.817.221,62</b>

### Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Recebidos pela UJ

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 - Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.050.221</b>	<b>6.478.945</b>	<b>532.410</b>	<b>4.721.064</b>	<b>517.811</b>	<b>1.757.880</b>	<b>526.706</b>	<b>4.720.781</b>
14 - Diárias - Pessoal Civil	84.402	335.841	84.402	335.841	-	-	84.402	335.740
30 - Material de Consumo	236.743	785.547	157.800	708.930	78.943	76.617	157.800	708.930
33 - Passagens e Despesas Com Locomoção	34.498	682.180	33.348	383.724	1.150	298.455	29.644	383.724
36 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física	93.156	179.634	93.156	179.634	-	-	91.156	179.634
37 - Locação de Mão-De-Obra	-	579.164	-	348.246	-	230.918	-	348.062
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	586.720	3.906.662	149.022	2.754.772	437.698	1.151.890	149.022	2.754.772
47 - Obrig. Tribut. e Contrib. Op. Intra-Orçamentárias	14.703	9.917	14.683	9.917	21	-	14.683	9.917

### Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	<b>983.616</b>	<b>10.497.581</b>	<b>878.054</b>	<b>4.096.158</b>	<b>105.562</b>	<b>6.401.424</b>	<b>878.054</b>	<b>4.096.158</b>
52 - Equip.e Material Permanente - Op. Intra-Orç.	983.616	10.497.581	878.054	4.096.158	105.562	6.401.424	878.054	4.096.158
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

### 2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
<b>1. PASSAGENS</b>	NA	<b>2.334.348</b>	<b>3.160.307</b>
<b>2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS</b>	NA	<b>1.942.846</b>	<b>3.932.205</b>
<b>3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS</b>	NA	<b>39.847.389</b>	<b>82.739.168</b>
3.1. Publicidade	NA	(*)	8.164
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	NA	(*)	32.813.099
3.3. Tecnologia da informação	NA	(*)	4.792.784
3.4. Outras Terceirizações	NA	(*)	45.114.479
<b>4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</b>	NA	(*)	<b>10.643</b>
<b>5. SUPRIMENTO DE FUNDOS</b>	NA	(*)	-
<b>TOTAIS</b>	NA	<b>44.124.583</b>	<b>89.842.323</b>

(\*) – Não foi possível obter no Siafi os valores pagos no exercício de 2008 para os subitens “Publicidade”, “Vigilância, Limpeza e Conservação”, “Tecnologia da Informação”, “Outras Terceirizações” e “Suprimento de Fundos”.

### 2.4.4. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Un. de Medida	Execução Física			Execução Financeira (R\$)		
							Meta	Realizado	Meta 2010	Meta	Realizado	Meta 2010
18	128	0052	8286	A	4	Unidade	393	298	270	350.000	156.262	720.000
9	272	0089	0181	OP	4	Unidade	30	44	13	1.930.049	948.952	813.946
18	122	0104	2272	A	4	-	-	-	-	450.000	419.683	1.900.000
18	541	0104	2933	A	4	Unidade	9	5	-	300.000	224.660	-
18	541	0104	4965	A	4	Unidade	44	13	24	927.600	242.508	800.000
18	541	0104	8352	A	4	Unidade	100	10	98	980.000	971.417	980.000
18	542	0104	2C99	A	4	Unidade	15	5	-	100.000	14.408	-
18	542	0503	6074	A	3	Hectare	147.200	147.200	548.101	2.000.000	309.962	7.100.000
18	541	0506	8300	A	4	Hectare	29.000	20.000	16.000	468.060	212.991	400.000
18	541	0508	2272	A	4	-	-	-	-	5.850.000	4.101.308	6.600.000
18	122	0508	2934	A	4	Unidade	240	100	400	5.002.000	3.747.920	9.000.000
18	541	0508	2976	A	4	Unidade	210	40	350	300.000	297.414	300.000
18	541	0508	6007	A	4	Unidade	3	2	3	270.000	238.179	265.000
18	542	0508	8408	A	4	Unidade	5	2	4	450.000	193.998	420.000
18	541	0508	2B07	A	3	Unidade	18	8	30	1.900.000	1.209.877	1.900.000



18	122	0511	2272	A	4	-	-	-	-	4.500.000	3.152.425	12.573.501
18	128	0511	4572	A	4	Unidade	1.500	576	2.000	3.000.000	1.323.853	6.000.000
18	125	0511	6037	A	4	Unidade	300	300	304	13.869.890	10.902.164	15.300.000
18	541	0511	117E	P	4	m²	1.500	8.754	6.000	1.000.000	-	4.000.000
18	122	0750	2000	A	4	-	-	-	-	180.741.287	172.414.744	201.241.717
18	126	0750	2003	A	4	-	-	-	-	5.500.000	4.986.704	-
18	301	0750	2004	A	4	Unidade	6.187	3.098	4.860	2.941.901	2.195.998	4.198.467
18	365	0750	2010	A	4	Unidade	379	723	345	536.838	467.176	372.269
18	331	0750	2011	A	4	Unidade	673	453	558	642.235	600.883	535.802
18	306	0750	2012	A	4	Unidade	2.367	2.785	2.023	4.300.277	4.075.709	3.520.500
18	301	0750	20CW	A	4	Unidade	1.294	-	1.294	-	-	-
18	122	0750	09HB	OP	4	-	-	-	-	46.372.401	30.289.718	30.748.662
18	122	1145	2272	A	4	-	-	-	-	2.000.000	1.790.156	2.000.000
18	128	1145	6060	A	4	Unidade	7.500	1.600	6.000	5.462.230	2.007.307	4.800.000
18	541	1332	2096	A	4	Unidade	15	15	14	630.000	323.120	610.000
18	122	1332	2272	A	4	-	-	-	-	17.800.000	16.673.837	28.660.000
18	541	1332	2C88	A	4	Unidade	144	68	86	8.353.058	7.502.037	11.860.000
18	541	1332	2C89	A	4	Unidade	70	39	43	5.888.014	5.163.289	8.500.000
18	541	1332	2C91	A	4	Unidade	43	28	23	6.022.486	4.023.097	5.000.000
18	541	1332	2C92	A	4	Unidade	48	35	42	5.526.961	3.607.183	6.280.000
18	541	1332	2C93	A	4	Unidade	98	83	110	7.349.665	6.248.303	5.200.000
18	541	1332	6381	A	4	Unidade	7.541.188	0	5.129.000	1.483.792	217.941	3.383.792
18	541	1332	8272	A	4	Unidade	1	-	1	1.100.000	-	600.000
18	541	1332	8492	A	3	Unidade	42	36	25	5.000.000	4.321.735	4.500.000
18	305	1332	20BA	A	4	-	-	-	-	2.197.000	716.917	-

### 2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais

A definição de indicadores de desempenho de gestão é objeto da segunda fase do planejamento estratégico do Instituto. Inicialmente prevista para 2009, essa fase acabou não ocorrendo no prazo previsto e o exercício terminou sem que o Instituto tivesse já definidos seus indicadores de desempenho. Contudo, está em negociação a contratação de empresa para implementação da segunda fase do planejamento estratégico e um dos produtos a ser entregue pela consultoria é o de construção desses indicadores.

## 3. Informações Sobre a Composição de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>	<b>1.946</b>	<b>2.047</b>	<b>4.747</b>
Próprios	1.923	2.047	4.747
Requisitados	23	NA	NA
<b>Cargos de livre provimento</b>	<b>32</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>
Estatutários	-	NA	NA
Não Estatutários	32	NA	NA

## Composição e Custos de recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

R\$ 1,00

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2008	1.778	59.000.330,69	-	26.345.585,96	262.350,25	-		
2009	1.924	98.095.480,00	-	51.919.263,61	371.741,35	-		
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	1.428	3.680.175,67	-	-	-	-		
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2008	37	1.524.747,24	-	-	-	-		
2009	32	1.271.548,11	-	-	-	-		
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2008	3	165.553,09	-	-	-	-		
2009	3	254.101,94	-	-	-	-		
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2008	37	-	-	-	-	-		
2009	20	-	-	-	-	-		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	627	(*)	475	(*)	NA	NA	-	-
2009	1.036	32.813.099	533	16.453.039	NA	NA	49	155.364,90

(\*) – Não foi possível obter no Siafi os dados relativos aos valores pagos no exercício de 2008 para os subitens “Vigilância, Limpeza e Conservação” e “Apoio Administrativo”.

### 3.1. Análise Crítica sobre a Gestão de Recursos Humanos

**Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:** a missão deste Instituto, a saber, a de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento sócio-ambiental em todo o País, é realizada com enorme dificuldades devido a quantidade insuficiente de servidores hoje em exercício no Instituto. Contudo, os poucos servidores que desempenham suas atividades na Sede, nas 304 Unidades de Conservação, 15 Centros Especializados, 10 UAAFs e 11 Coordenações Regionais as realizam da melhor forma possível.

**Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:** tanto a área-meio quanto a área-fim são prejudicadas com falta de servidores para desempenharem suas atividades a contento.

**Desempenho funcional dos servidores e funcionários:** os poucos servidores que exercem suas atividades neste Instituto a desempenham da melhor forma possível, inclusive, tentando amenizar o déficit do quadro de recursos humanos.

**Necessidades de redução ou ampliação do quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:** para melhor atender às finalidades deste Instituto é necessário aumento do quadro de pessoal,

tanto na área-meio quanto na área-fim, pois em ambas não há servidores suficientes para garantir o desempenho a contento das diversas atividades do ICMBio.

**Necessidades de renovação do quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo:** no médio prazo existe a necessidade de renovação do quadro próprio de Analistas Ambientais e Técnicos Ambientais para atendimento da área-fim deste Instituto. Além disso, já se solicitou, por meio do Aviso nº 251/2009/GM/MMA, criação de vagas e autorização para realização de concurso público para o preenchimento de cargos de Técnico Administrativo e de Analista Administrativo, necessários para atendimento a área-meio. A situação, neste caso, é ainda mais crítica haja vista não se realizar concurso público para para preenchimento destes cargos desde antes da criação do IBAMA, que se deu em 1989.

**Planos de capacitação do quadro de recursos humanos:** está em desenvolvimento o plano de capacitação anual dos servidores deste Instituto para o exercício de 2010. O plano anual de capacitação do exercício de 2009 está disponível no sítio do Instituto na internet, na área “Portal do Conhecimento”.

**Impactos da terceirização na produtividade da UJ:** devido ao já citado déficit do quadro de servidores, o Instituto ainda é muito dependente de mão-de-obra terceirizada, notadamente na área-meio.

#### 4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
<b>NÃO SE APLICA</b>				
<b>TOTAL</b>				

#### 5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
<b>2009</b>	290.431,11	-	-	-
<b>2008</b>	34.077,79	34.052,20	25,59	-
<b>2007</b>	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
<b>2009</b>	34.197.533,12	-	-	-
<b>2008</b>	24.685.834,19	3.351.551,91	17.567.216,43	3.767.065,85
<b>2007</b>	-	-	-	-
<b>Observações:</b>				

## 6. Informações Sobre Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício

Não se aplica.

## 7. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

## 8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

Discriminação	Custo Total R\$	Emprestimo Contratado		Contrapartida Nacional R\$	Valor das transferências de recursos			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto R\$	Realizado R\$		Motivo	Valor no ano R\$	Valor Acumulado no projeto R\$	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
PROBIO II	179.962,51	-	-	3.700.000,00	-	-	-	O primeiro ano do projeto foi um período de aprendizagem, no qual foram estabelecido os fluxos operacionais e início da realização das contratações.  Dessa forma, os resultados alcançados foram obtidos quase que completamente com as ações orçamentárias.	Os fluxos estão estabelecidos e amadurecidos, as contratações já estão em andamento.
<b>TOTAL</b>	<b>179.962,51</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.700.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Discriminação	Custo Total - US\$	Doação Contratado		Contrapartida Nacional US\$	Valor das transferências de recursos			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto US\$	Realizado US\$		Motivo	Valor no ano R\$	Valor Acumulado no projeto R\$	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
BRA 08/002 - O objetivo principal do projeto é contribuir para o planejamento e regularização fundiária a Amazônia, promover a gestão participativa e o fortalecimento	5.700.000,00	1.830.902,80	791.305,42		Depósito Inicial - Assinatura do Acordo - 2007		2.003.642,99	Equipe reduzida, executa outros projetos e apoia outras atividades do ICMBio. Mudança institucional do órgão ambiental	Realocação de pessoal para execução do projeto; Planejamento e execução das novas ações do ICMBio prevista no PRODOC

institucional das organizações locais, visando o manejo e a produção nas unidades de conservação de uso sustentável. O organismo doador é o Governo da Noruega.					2º Depósito	2.027.679,78	2.027.679,78		
<b>TOTAL</b>	<b>5.700.000,00</b>	<b>1.830.902,80</b>	<b>791.305,42</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.027.679,78</b>	<b>4.031.322,77</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 9. Renúncias Tributárias

Não se aplica.

## 10. Operações de Fundos

Não se aplica.

## 11. Recomendações dos Órgãos de Controle

### 11.1. Recomendações da Unidade de Controle Interno do IBAMA

A exemplo do exercício de 2008, no exercício de 2009 as atividades de Controle Interno no âmbito do ICMBio ficaram a cargo da Unidade de Auditoria Interna do IBAMA, por força da Portaria Conjunta IBAMA/ICMBio nº 2/2007.

Os trabalhos de auditoria das unidades do ICMBio programadas para o exercício de 2009 foram inseridos no Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT/2009 do IBAMA.

A criação da unidade de auditoria interna do ICMBio está contida na proposta de Decreto que se encontra atualmente em análise no Governo Federal. Entretanto, as atividades de monitoramento e fornecimento de subsídios aos trabalhos executados pelo IBAMA nas nossas unidades vêm sendo realizados pela Unidade de Ouvidoria deste Instituto.

No contexto dessas atividades, constam também o atendimento a demandas de consultas formuladas pelas unidades internas deste Instituto, bem como de vários entes externos, tais como CGU, MP, TCU, entre outros, buscando auxiliar a gestão da boa e regular aplicação dos recursos orçamentários e financeiros a cargo do ICMBio.

#### 11.1.1. Recomendações da Unidade de Controle Interno do IBAMA

No quadro a seguir, apresentamos as recomendações da Auditoria Interna do IBAMA referentes a unidades do ICMBio. Tais recomendações, que abrangem os exercícios de 2008 e 2009, estão pendentes de regularização e serão objeto de novos exames por parte deste Instituto.

<b>SETOR RESPONSÁVEL: FLONA DO BOM FUTURO/PA</b>	
DOCUMENTO	Relatório de Auditoria Especial nº 19, de 08/12/2009, realizada na FLONA do Bom Futuro/RO
RECOMENDAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dar continuidade à ação, envolvendo a Polícia Federal, ABIN, IBAMA, ICMBio, FUNAI e Ministério Público, voltada para ampliar e aprofundar investigações sobre os graves crimes ambientais que envolvem as invasões de áreas na UC;</li> <li>2. Aprimorar os instrumentos legais para combater a impunidade, fato este que contempla ações na legislação, conforme descrito no item 193, inciso 2, alíneas de “a” a “e” – fls. 38/39;</li> <li>3. Garantir a adequada regulamentação da Lei do SNUC, de modo a impossibilitar iniciativas que visam à redução e supressão de UC sem estudos técnicos, critérios consistentes e debates com a sociedade;</li> <li>4. Implementação do Plano de Manejo Comunitário Sustentável na FLONA, conforme Lei nº 9.985/2000 - SNUC; e</li> <li>5. Retomada das negociações referente ao TAC firmado em 06/05/2005, entre o IBAMA, INCRA, representação dos Ocupantes da FLONA e Ministério Público/RO, com o objetivo de disciplinar a realização das medidas necessárias à desinstrução da FLONA em função da Medida Liminar da Ação Civil Pública nº 2004.41.001887-3.</li> </ol>
<b>SETOR RESPONSÁVEL: FLONA DE IRATI/PR</b>	
DOCUMENTO	Nota Técnica nº 23/09/COREI/ AUDIT/IBAMA (Relativa ao Relatório de Auditoria nº 04/07– FLONA Irati/PR)
RECOMENDAÇÃO	Recuperação dos imóveis, utilizando as madeiras apreendidas, evitando a demolição injustificável de imóveis existentes da FLONA.
<b>SETOR RESPONSÁVEL: PARNA DE ITATIAIA/RJ</b>	
DOCUMENTO	Nota Técnica nº 24/09 e 49/09 /COREI/AUDIT/IBAMA (Relativa ao Relatório de Auditoria nº 15/08 – PARNA Itatiaia/RJ)
RECOMENDAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conciliação do registro Contábil – SIAFI, com o Patrimonial – SISPAT e proceder a regularização.</li> <li>2. Agilização no tocante a doação ou a alienação dos bens inservíveis, evitando sua deterioração com ação do tempo e destruição pelos cupins.</li> <li>3. O chefe do PARNA abstenha-se de realizar despesas com solenidades, lanches, buffet, coffee-breaks ou outros eventos congêneres, tendo em vista a inexistência de norma legal.</li> </ol>
<b>SETOR RESPONSÁVEL: CEPESUL/SP</b>	
DOCUMENTO	Nota Técnica nº 28/09/COREI/AUDIT/IBAMA (Relativa ao Relatório de Auditoria nº 06/08 - CEPESUL/SP)
RECOMENDAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proceder licitação nos casos de contratação de serviço móvel.</li> <li>2. Apresentação de autorização legal para justificar a disponibilização de uma linha celular a servidor.</li> <li>3. Justificar valores excedentes a 10% das contas de telefone.</li> <li>4. Ressarcimento de valores de contas telefônicas pagos indevidamente pelo CEPESUL.</li> </ol>
<b>SETOR RESPONSÁVEL: CMA/PE</b>	
DOCUMENTO	Nota Técnica nº 29/09/COREI AUDIT/IBAMA (Relativa ao Relatório de Auditoria nº 16/06 - CMA/PE)
RECOMENDAÇÃO	Transferência de veículo do patrimônio do IBAMA para o ICMBio.
<b>SETOR RESPONSÁVEL: PARNA DE BRASÍLIA/DF</b>	
DOCUMENTO	Nota Técnica nº 34/09/COREI/ AUDIT/IBAMA (Relativa ao Relatório de Auditoria nº 07/08- PARNA Brasília/DF)
RECOMENDAÇÃO	Imediata aferição dos tanques de combustíveis existentes, com vistas a verificar se há vazamento.

### 11.1.2. Recomendações da Controladoria Geral da União – CGU/PR

Os dados registrados no quadro abaixo dizem respeito aos apontamentos decorrentes de auditorias de gestão realizadas pela Controladoria Geral da União no ICMBio, abrangendo os exercícios de 2008 e 2009. Foram adotadas as providências para o saneamento das recomendações. Ainda assim, espelhamos as que se encontram em curso neste Instituto.

<b>SETOR RESPONSÁVEL: DIPLAN/ICMBio (itens 1 a 4) e PRESIDÊNCIA do ICMBio (item 5)</b>	
<b>DOCUMENTO</b>	Relatório de Auditoria de Gestão nº 224273/2009 - exercício 2008 - ICMBio/CGFIN
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Iniciar estudos para o desenvolvimento e adoção de indicadores operacionais com relevância relativamente aos critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, independência, cobertura, estabilidade e seletividade.</li><li>2. As licitações que envolvam despesas de custeio das unidades de conservação devem ser sempre precedidas de planejamento eficaz, cumprindo as etapas definidas na legislação que rege a execução da despesas públicas.</li><li>3. Na hipótese de aquisições de bens ou contratações de serviços em que possa ser aplicada a inexigibilidade de licitação prevista na Lei nº 8.666/93, proceder pesquisa prévia, bem como obter a devida documentação comprobatória.</li><li>4. Realize compra de munições mediante formalização de contratos.</li><li>5. Criação da unidade de Auditoria Interna.</li></ol>
<b>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO</b>	<p>Item 1 - Está em elaboração o edital para a contratação da segunda fase do Planejamento Estratégico e um dos produtos a ser entregue pela consultoria é o de construção dos indicadores conforme as definições recomendadas pela CGU, com previsão de finalização da segunda etapa do planejamento em 30/06/2010.</p> <p>Item 2 – Implementado. No final do ano de 2009 já estavam em andamento as licitações para atendimento das despesas planejáveis, em 2010.</p> <p>Item 3 - Implementadas. O ICMBio não mais utilizará contratações para este fim por Inexigibilidade.</p> <p>Item 4 - Implementado.</p> <p>Item 5 - Decreto de reestruturação do ICMBio, contemplando a criação da Unidade de Auditoria, encontra-se em análise no Governo Federal.</p>
<b>SETOR RESPONSÁVEL: Presidência do ICMBio</b>	
<b>DOCUMENTO</b>	Relatório de Auditoria Acompanhamento da Gestão nº 229536/2009 - ICMBio
<b>RECOMENDAÇÃO</b>	Reitera recomendação acerca da constituição da unidade de Auditoria Interna
<b>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO</b>	O Decreto de Reestruturação contemplando a criação da Unidade de Auditoria encontra-se em análise no Governo Federal.

### 11.2. Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU

Os registros a seguir referem-se a apontamentos extraídos do acórdão nº 6.522/2009-TCU-2ª Câmara.

<b>SETOR RESPONSÁVEL: ICMBio</b>	
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.1. – Adote as providências necessárias à realização de planejamento eficaz, para que as despesas das unidades do ICMBio ocorra em obediência à Lei Geral de Licitações, de modo a tornar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal - PGF um evento restrito às situações excepcionais previstas nos arts. 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/1986.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	A estratégia de suprimento de meios atualmente vem se dando mediante o estabelecimento de contratos de magnitude nacional formulados pela sede do Instituto e, para atender às peculiaridades de contratos locais, promoveram-se rearranjos em 10 Unidades Gestoras Executoras, transformado-as em Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAF), responsáveis por suprir as unidades descentralizadas do Instituto com os bens e serviços necessários ao cumprimento de sua missão de forma a substituir a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal por contratos devidamente licitados.
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.2. - Se abstenha de realizar gastos com a fonte 142 de forma diversa ao que está determinado no art. 50, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.478/1997.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	Os recursos da fonte 142 foram aplicados prioritariamente em Unidades de Conservação marinhas do ICMBio, visando ações de planejamento e ordenamento do uso sustentável dos espaços e dos recursos naturais, elaboração de estudos e estratégias de conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e recuperação de danos ambientais. Devido a especificidade dessa fonte, ela não foi incluída no orçamento de 2010.
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.3. Reveja o contrato de prestação de serviços do processo 020070.111465/2008-45, com a empresa Higiterc - Higienização e Terceirização Ltda., para adequação com o que estabelece o § 2º do art. 1º do Decreto nº 2.271/1997.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	O contrato com a empresa Higiterc já foi rescindido (Extrato de Rescisão publicado no DOU de 19/02/2010, seção 1, p. 92) e nova empresa foi contratada, assumindo todas as obrigações contratuais deixadas pela Higiterc.
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.4. – Instrua os processos de aquisição por inexigibilidade de licitação com todos os elementos que demonstrem a inviabilidade de competição, cumprindo o que dispõem os arts. 25 e 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	Todos os processos de inexigibilidade já estão sendo instruídos conforme os dispositivos previstos na Lei nº 8.666/93.
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.5. – Formalize o processo de compra de munições mediante contrato, em atendimento ao art. 62 da Lei nº 8.666/1993, estabelecendo as condições previstas no Projeto Básico.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	O processo que trata da compra de munição teve seu contrato firmado em 22/07/2009, sob o nº 56/2009, em cumprimento a recomendação da Controladoria Geral da União – CGU.
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.6. – Cumpra as determinações contidas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.2 e 9.3 do Acórdão TCU nº 1.665/2005, sob pena de responsabilização do gestor por descumprimento de determinação do Tribunal, conforme art. 268, inciso VIII, do Regimento Interno do TCU, informando nas próximas contas as medidas adotadas.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	O Instituto Chico Mendes foi criado no ano de 2007, posterior à data de assinatura do Acórdão TCU nº 1.665/2005. Sua lei de criação, a Lei nº 11.516/2007, não prevê competência para o Instituto promover as determinações ali contidas.
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.7. – Informe, no Relatório de Gestão, a avaliação dos resultados, indicando as causas de sucesso ou insucesso das Ações dos Programas de Governo, consoante disposto no item 1.3 e subitem 1.3.1 e 1.3.2, da Decisão Normativa/TCU nº 94/2008.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	Determinação cumprida no presente Relatório de Gestão.
<b>DETERMINAÇÃO</b>	1.5.1.8. – Faça constar do Relatório de Gestão indicador de parâmetro a ser utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional, consoante disposto no item 2 da DN/TCU 94/2008.
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS EM CURSO	A definição de indicadores de desempenho de gestão é objeto da segunda fase do planejamento estratégico do Instituto. Inicialmente prevista para 2009, essa fase acabou não ocorrendo no prazo previsto e o exercício terminou sem que o Instituto tivesse já definidos seus indicadores de desempenho. Contudo, está em elaboração o edital para a contratação da segunda fase do planejamento estratégico e um dos produtos a ser entregue pela consultoria é a construção desses indicadores.



## 12. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício

ATO	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC Quantidade
Admissão	173	173
Desligamento	7	7
Aposentadoria	24	24
Pensão	7	7

## 13. Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Ver Anexo I.

## 14. Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão.

No exercício de 2009, continuou-se o relacionamento com a Coordenação de Ouvidoria do IBAMA que, por conseguinte, encaminhou ao ICMBio as manifestações afetas às Unidades de Conservação e Centros Especializados recebidas por meio do sistema informatizado denominado Sistema Linha Verde – SISLIV daquela Autarquia.

Além da ouvidoria do IBAMA, o ICMBio recebeu também manifestações de outros entes do Administração Pública, tais como Ministério do Meio Ambiente, Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Ministérios Públicos e Presidência da República, entre outros.

Foram recebidas por este ICMBio, em 2009, um total de 485 manifestações, sendo que apenas 132 (27,21%) foram da alçada desse Instituto. As demais, no quantitativo de 353, oriundas do Sistema SISLIV, tratavam de manifestações pertinentes a Unidades de Conservação e/ou órgãos/entidades de esferas municipais ou estaduais.

Dessa forma, no quadro abaixo constam as manifestações encaminhadas em 2009, afetas ao ICMBio:

Manifestações	Quantidade	%
Denúncias	66	50,00
Esclarecimentos	14	10,60
Informações	11	8,33
Solicitações	9	6,81
Dúvidas	6	4,54
Reclamações	4	3,03
Elogios	4	3,03
Sugestões	3	2,27
Pedido de Emprego	2	1,51
Orientações	2	1,51
Apelo	2	1,51
Protesto	2	1,51
Consulta	1	0,75
Autorização	1	0,75
<b>TOTAL</b>	<b>132</b>	<b>100,00</b>

A seguir demonstramos alguns procedimentos internos adotados pelo ICMBio, na consecução dos objetivos da Ouvidoria em prestar esclarecimentos aos demandantes.

Ocorrência	Procedimento
SISLIV nº 7448, de 12/11/09 – <b>DENÚNCIA</b> (degradação ambiental por extração ilegal de areias na APA da Bacia do Rio Descoberto/GO)	Memo nº 62, de 23/12/09, ao Sr. Coordenador Geral de proteção Ambiental, encaminhando resumo da ocorrência e solicitando providências.
Referência ao Ofício nº 37.641/2009/DIAMB/DI/SFC/Controladoria Geral da União - CGU – <b>DENÚNCIA</b> (suposta irregularidade na atuação do servidor do ICMBio em Cachoeiro do Itapemirim/ ES).	Memo nº 2, de 21/01/10, à Comissão de Ética do ICMBio, reiterando solicitação de informações, as quais foram enviadas à CGU.
SISLIV nº 7543, de 16/11/09 – <b>RECLAMAÇÃO</b> (solicitação de pagamento de indenização encaminhada ao Sr. Presidente da República)	Memo nº 63, de 23/12/09, à Coordenação Geral de Regularização Fundiária, para análise e providências sobre “reclamação de pagamento de indenização” interposta pela Sra. Célia B. Salomão. Foi encaminhada a resposta à Ouvidoria do IBAMA.
SISLIV nº 5925, de 01/10/09 – <b>DENÚNCIA</b> (irregularidades em desapropriações de imóveis no PARNA da Serra da Capivara/PI.)	Memo nº 45, de 08/10/2009, à Coordenação Geral de Regularização Fundiária para análise e providências, que por meio do Memorando nº 340/2009/CGFUN/ICMBio, de 22/10/09, presta os esclarecimentos solicitados. Tal pronunciamento foi encaminhado à ouvidoria do IBAMA, por meio do Ofício nº 51, de 29/10/2009.
Ofício nº 37, de 22/09/2009, do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (Solicita informações sobre o procedimento administrativo nº 1.21.000.001460/2008-35)	Por meio do Ofício nº 11, de 23/12/09, foi encaminhado à ouvidoria do IBAMA o Processo nº 02001.005052/2008-53, onde consta denúncia de supostas irregularidades administrativas contra servidor do ICMBio bem como as providências adotadas no sentido de esclarecer os fatos ao Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul.
Memo nº 44/SISBIO/CGPEQ/DIBIO/ICMBIO, de 25/11/2009, (Reclamação de Pesquisadora contra Fiscal do IBAMA.)	Ofício nº 10, de 09/12/09, encaminhado à Ouvidoria do IBAMA, para providências de alçada junto àquela Autarquia.

## 15. Informações Contábeis da Gestão

Ver Anexo II.

## 16. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins

Não se aplica.

# **ANEXO I**

## DECLARAÇÃO SIASG

DECLARAÇÃO			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		443032	
<p>Atesto que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> 			
<b>Local</b>	<b>Brasília / DF</b>	<b>Data</b>	<b>31/03/2010</b>
<b>Responsável</b>	<b>PAULO ROBERTO DE ARAÚJO</b>	<b>Cargo</b>	<b>Coordenador de Administração</b>

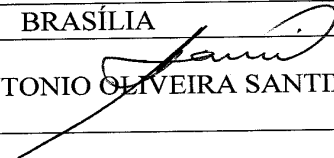
## DECLARAÇÃO SICONV

DECLARAÇÃO			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		443032	
<p>Atesto que em 2009 foram firmados 2 (dois) convênios com esta UJ, a saber:</p> <p>a) Convênio nº 726885/2009, no valor de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais); e</p> <p>b) Convênio nº 726992/2009, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).</p> <p>Os registros destes convênios foram efetivados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, faltando apenas inserir o registro de dados complementares, os quais constam no processo.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília / DF</b>	<b>Data</b>	<b>31/03/2010</b>
<b>Responsável</b>	<b>GUSTAVO COSTA RODRIGUES</b>	<b>Cargo</b>	<b>Coordenador-Geral de Planejamento, Recursos Humanos e Administração</b>



# **ANEXO II**

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE			443032
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA	Data	05/03/2010
Contador Responsável	MARCUS ANTONIO OLIVEIRA SANTIN 	CRC nº	5399



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTARIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 03/03/2010	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADAÇÃO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	37.955.501,00	37.955.501,00	34.932.670,84	3.022.830,16	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	330.028.170,00	351.668.744,00	304.334.607,68	47.334.136,32
RECEITAS TRIBUTARIAS	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	DESPESAS CORRENTES	311.453.170,00	344.652.338,00	298.436.325,31	46.216.012,69
RECEITAS PATRIMONIAIS	7.645.446,00	7.645.446,00	8.147.541,78	-502.095,78	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	215.663.701,00	206.863.701,00	185.835.856,52	21.027.844,48
RECEITAS AGROPECUARIAS	200.000,00	200.000,00	57.809,04	142.190,96	OUTRAS DESPESAS CORREN	95.789.469,00	137.788.637,00	112.600.468,79	25.188.168,21
RECEITAS DE SERVICOS	23.357.537,00	23.357.537,00	26.329.804,09	-2.972.267,09	DESPESAS DE CAPITAL	18.575.000,00	7.016.406,00	5.898.282,37	1.118.123,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	1.752.518,00	1.752.518,00	397.515,93	1.355.002,07	INVESTIMENTOS	18.575.000,00	7.016.406,00	5.898.282,37	1.118.123,63
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	27.724,00	0,00	27.724,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	27.724,00	0,00	27.724,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	27.724,00	0,00	27.724,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	2.197.000,00	2.145.560,69	51.439,31
					DESPESAS CORRENTES	0,00	751.000,00	700.403,73	50.596,27
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	751.000,00	700.403,73	50.596,27
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.446.000,00	1.445.156,96	843,04
					INVESTIMENTOS	0,00	1.446.000,00	1.445.156,96	843,04
SUBTOTAL I	37.955.501,00	37.955.501,00	34.932.670,84	3.022.830,16	SUBTOTAL I	330.028.170,00	353.893.468,00	306.480.168,37	47.413.299,63

*Marcus Antonio Oliveira Santin*  
CRC/DF 5399  
CPF: 183.153.301-44





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO  
2009

MES  
DEZ(FECHADO)

EMISSAO  
03/03/2010

PAGINA  
2

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA REPASSE	320.500.018,00	321.597.442,02	273.967.546,57	47.629.895,45	MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	1.097.424,02	17.070.191,59	-15.972.767,57
					DESPESAS CORRENTES	0,00	-9.665.605,98	6.572.610,26	-16.238.216,24
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	-9.665.605,98	6.572.610,26	-16.238.216,24
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.763.030,00	10.497.581,33	265.448,67
					INVESTIMENTOS	0,00	10.763.030,00	10.497.581,33	265.448,67
SUBTOTAL II	320.500.018,00	321.597.442,02	273.967.546,57	47.629.895,45	SUBTOTAL II	0,00	1.097.424,02	17.070.191,59	-15.972.767,57
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	-6.058.400,00	-6.058.400,00	-297.409,59	-5.760.990,41					
TOTAL	352.397.119,00	353.494.543,02	308.602.807,82	44.891.735,20	TOTAL	330.028.170,00	354.990.892,02	323.550.359,96	31.440.532,06
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	14.947.552,14	-14.947.552,14	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	352.397.119,00	353.494.543,02	323.550.359,96	29.944.183,06	TOTAL GERAL	330.028.170,00	354.990.892,02	323.550.359,96	31.440.532,06

*Marcus Antonio Oliveira Santin*  
**Marcus Antonio Oliveira Santin**  
 CRC/DF 5399  
 CPF: 183.153.301-44



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 03/03/2010	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	34.972.443,34	19.093.718,11	DESPESAS CORRENTES	305.709.339,30	164.692.518,69
RECEITA TRIBUTARIA	237,93	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.159.634,14	83.596.111,77
RECEITA PATRIMONIAL	8.147.541,78	7.402.027,47	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	119.346.811,69	63.826.766,23
RECEITA AGROPECUARIA	57.809,04	40.920,41	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.800.000,00	9.971.236,18
RECEITA DE SERVICOS	26.329.804,09	11.610.158,77	OUTRAS DESPESAS	117.546.811,69	53.855.530,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	437.050,50	40.611,46	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	32.202.893,47	17.269.640,69
DEDUcoes DA RECEITA	-39.772,50	-12,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.676.222,38	16.489.386,92
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	634.546.594,94	435.269.690,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	526.671,09	780.253,77
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	577.715.529,34	431.305.136,21	DESPESAS DE CAPITAL	17.841.020,66	20.252.630,92
REPASSE RECEBIDO	288.395.010,81	269.640.772,31	INVESTIMENTOS	17.841.020,66	20.252.630,92
SUB-REPASSE RECEBIDO	289.252.341,41	161.626.892,51	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	361.500.875,03	279.847.445,95
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	289.252.341,41	161.626.892,51	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	303.747.982,77	275.882.891,74
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	37.522,40	0,00	REPASSE CONCEDIDO	13.891.241,89	114.010.094,60
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	30.654,72	37.471,39	SUB-REPASSE CONCEDIDO	289.252.341,41	161.626.892,51
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	56.831.065,60	3.964.554,21	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	289.252.341,41	161.626.892,51
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	5.276.601,65	0,00	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	37.471,39	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.323.979,85	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	566.928,08	245.904,63
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	952.621,80	0,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	57.752.892,26	3.964.554,21
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	51.554.463,95	3.964.554,21	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	5.901.018,72	0,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	193.648.885,77	77.991.655,70	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.216.377,02	0,00
VALORES EM CIRCULACAO	47.174.158,02	0,00	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.684.641,70	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	47.174.158,02	0,00	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	51.851.873,54	3.964.554,21
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	604.399,47	245.904,63	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	178.076.916,56	67.562.456,67
VALORES DIFERIDOS	604.399,47	245.904,63	VALORES EM CIRCULACAO	76.445.187,76	47.174.158,02
DEPOSITOS	17.715,88	3.631,33	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	76.445.187,76	47.174.158,02
CONSIGNACOES	4.261,75	25,59	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	276.559,35	37.471,39
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	86,25	VALORES DIFERIDOS	276.559,35	37.471,39
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	13.454,13	3.519,49	DEPOSITOS	3.631,33	0,00
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	73.911.831,67	44.791.244,87	CONSIGNACOES	25,59	0,00
FORNECEDORES	271.674,66	3.661,59	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	86,25	0,00
DO EXERCICIO	271.674,66	3.661,59	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	3.519,49	0,00
RESTOS A PAGAR	41.316.150,88	24.685.834,19	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	44.753.480,33	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	37.964.598,97	24.685.834,19	FORNECEDORES	3.661,59	0,00
CANCELADO	3.351.551,91	0,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.661,59	0,00
VALORES EM TRANSITO	6.439,68	7.636,70	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	24.685.834,19	0,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	32.316.525,88	20.056.347,85	VALORES EM TRANSITO	7.636,70	0,00
OUTROS DEBITOS	1.040,57	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	20.056.347,85	0,00
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	37.764,54	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	56.598.057,79	20.350.827,26
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	71.940.780,73	32.950.874,87	BAIXA DE DIREITOS	23.522.657,94	30.479,41
INCORPORACAO DE DIREITOS	66.619.484,85	32.950.874,87	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	23.522.657,94	30.479,41
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	66.619.484,85	32.686.874,87	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	33.075.399,85	20.320.347,85
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	0,00	264.000,00	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	32.316.525,88	20.056.347,85




**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 03/03/2010	PAGINA 2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	5.109.288,17	0,00	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	758.873,97	264.000,00
EXERCICIOS ANTERIORES	7.267,33	0,00			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	5.102.020,84	0,00			
AJUSTES DE CREDITOS	212.007,71	0,00			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	212.007,71	0,00			
<b>INGRESSOS</b>	<b>863.128.151,55</b>	<b>532.355.052,23</b>	<b>DISPENDIOS</b>	<b>863.128.151,55</b>	<b>532.355.052,23</b>

  
**Marcus Antonio Oliveira Santin**  
CRC/DF 5399  
CPF: 183.153.301-44



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 03/03/2010	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	76.475.842,48	47.211.629,41	PASSIVO FINANCEIRO	71.144.923,72	45.003.016,29
CREDITOS EM CIRCULACAO	76.445.187,76	47.174.158,02	DEPOSITOS	17.715,88	3.631,33
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	18.125.702,91	14.487.283,15	CONSIGNACOES	4.261,75	25,59
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	58.319.484,85	32.686.874,87	RECURSOS DO TESOUREO NACIONAL	13.454,13	3.519,49
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	30.654,72	37.471,39	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	86,25
VALORES DIFERIDOS	30.654,72	37.471,39	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	70.560.279,76	44.753.480,33
ATIVO NAO FINANCEIRO	20.841.789,38	12.679.402,26	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	272.715,23	3.661,59
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-29.420.583,79	-19.661.272,34	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	271.674,66	3.661,59
CREDITOS EM CIRCULACAO	-30.905.926,60	-20.380.324,47	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.040,57	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-58.319.484,85	-32.686.874,87	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	37.964.598,97	24.685.834,19
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	27.413.558,25	12.306.550,40	A LIQUIDAR	37.964.598,97	24.685.834,19
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.485.342,81	719.052,13	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	6.439,68	7.636,70
ESTOQUES	1.485.342,81	719.052,13	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	32.316.525,88	20.056.347,85
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.087,09	4.087,09	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	566.928,08	245.904,63
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	4.087,09	4.087,09	VALORES DIFERIDOS	566.928,08	245.904,63
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	0,02	0,02	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-70.281.124,85	-44.742.182,04
CREDITOS A RECEBER	4.087,07	4.087,07	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-70.281.124,85	-44.742.182,04
PERMANENTE	50.258.286,08	32.336.587,51	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-32.316.525,88	-20.056.347,85
IMOBILIZADO	50.252.784,24	32.331.085,67	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-32.316.525,88	-20.056.347,85
BENS MOVEIS E IMOVEIS	50.252.784,24	32.331.085,67	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-37.964.598,97	-24.685.834,19
INTANGIVEL	5.501,84	5.501,84	PASSIVO REAL	863.798,87	260.834,25
ATIVO REAL	97.317.631,86	59.891.031,67	PATRIMONIO LIQUIDO	96.453.832,99	59.630.197,42
			PATRIMONIO/CAPITAL	59.630.197,42	164.883.819,68
			PATRIMONIO	59.630.197,42	164.883.819,68
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	-138.778.192,14
			RESULTADO DO PERIODO	36.823.635,57	33.524.569,88
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	97.317.631,86	59.891.031,67
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-60.493.996,29	-26.366.461,79
ATIVO COMPENSADO	74.036.260,43	25.771.457,28	PASSIVO COMPENSADO	74.036.260,43	25.771.457,28
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	74.036.260,43	25.771.457,28	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	74.036.260,43	25.771.457,28
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	344.481,12	113.650,89	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	344.481,12	113.650,89
GARANTIAS DE VALORES	768.414,81	768.414,81	VALORES EM GARANTIA	768.414,81	768.414,81
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	200.000,00	200.000,00	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	200.000,00	200.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	61.396.343,93	21.664.559,53	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	61.396.343,93	21.664.559,53
OUTRAS COMPENSACOES	11.327.020,57	3.024.832,05	COMPENSACOES DIVERSAS	11.327.020,57	3.024.832,05
ATIVO	171.353.892,29	85.662.488,95	PASSIVO	171.353.892,29	85.662.488,95

*Marcus Antonio Oliveira Santin*  
CRC/DF 5399  
CPF: 183.153.301-44



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 03/03/2010	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	675.549.868,06	501.721.137,01	ORCAMENTARIAS	629.608.746,94	461.815.831,16
RECEITAS CORRENTES	34.972.443,34	19.093.718,11	DESPESAS CORRENTES	305.709.339,30	164.692.518,69
RECEITA TRIBUTARIA	237,93	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.159.634,14	83.596.111,77
RECEITA PATRIMONIAL	8.147.541,78	7.402.027,47	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	119.346.811,69	63.826.766,23
RECEITA AGROPECUARIA	57.809,04	40.920,41	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	32.202.893,47	17.269.640,69
RECEITA DE SERVICOS	26.329.804,09	11.610.158,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.676.222,38	16.489.386,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	437.050,50	40.611,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	526.671,09	780.253,77
DEDUCOES DA RECEITA	-39.772,50	-12,00	DESPESAS DE CAPITAL	17.841.020,66	20.252.630,92
INTERFERENCIAS ATIVAS	577.715.529,34	431.305.136,21	INVESTIMENTOS	17.841.020,66	20.252.630,92
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	577.715.529,34	431.305.136,21	INTERFERENCIAS PASSIVAS	303.747.982,77	275.882.891,74
REPASSE RECEBIDO	288.395.010,81	269.640.772,31	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	303.747.982,77	275.882.891,74
SUB-REPASSE RECEBIDO	289.252.341,41	161.626.892,51	REPASSE CONCEDIDO	13.891.241,89	114.010.094,60
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	37.522,40	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	289.252.341,41	161.626.892,51
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	30.654,72	37.471,39	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	37.471,39	0,00
MUTACOES ATIVAS	62.901.667,88	51.322.294,69	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	566.928,08	245.904,63
INCORPORACOES DE ATIVOS	28.704.134,76	26.636.460,50	MUTACOES PASSIVAS	2.310.404,21	987.789,81
AQUISICOES DE BENS	11.285.314,61	13.331.938,14	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	2.310.404,21	987.789,81
INCORPORACAO DE CREDITOS	17.418.820,15	13.304.522,36	LIQUIDACAO DE CREDITOS	2.310.404,21	987.789,81
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	34.197.533,12	24.685.834,19	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	223.152.839,99	230.787.390,23
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	214.035.354,44	224.406.654,26	INTERFERENCIAS PASSIVAS	60.127.814,27	170.913.308,53
INTERFERENCIAS ATIVAS	59.205.987,61	170.385.295,25	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,01	1.450.680,30
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,01	922.667,02	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.901.018,72	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.276.601,65	0,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	54.226.795,54	169.462.628,23
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	53.929.385,95	169.462.628,23	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	163.025.025,72	59.874.081,70
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	154.829.366,83	54.021.359,01	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	88.974.509,68	39.553.733,85
INCORPORACOES DE ATIVOS	146.140.940,04	54.021.359,01	BAIXA DE BENS IMOVEIS	6.517,99	433.467,44
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	2.702.590,60	0,00	BAIXA DE BENS MOVEIS	7.063.386,83	6.373.956,60
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	11.754.409,86	995.362,91	BAIXA DE DIREITOS	81.904.604,86	32.746.309,81
INCORPORACAO DE DIREITOS	131.683.939,58	53.025.996,10	INCORPORACAO DE PASSIVOS	74.050.516,04	20.320.347,85
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	8.460.840,08	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	36.823.635,57	33.524.569,88
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	227.586,71	0,00	SUPERAVIT	36.823.635,57	33.524.569,88
AJUSTES FINANCEIROS	212.007,71	0,00			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	15.579,00	0,00			
DEFICIT					
<b>VARIACOES ATIVAS</b>	<b>889.585.222,50</b>	<b>726.127.791,27</b>	<b>VARIACOES PASSIVAS</b>	<b>889.585.222,50</b>	<b>726.127.791,27</b>

*Marcus Antônio Oliveira Santos*  
CRC/DF 5399  
CPF: 183.153.301-44



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

1. Os saldos das contas patrimoniais que espelham os bens móveis e imóveis do Instituto refletem a situação atual onde estão representados os bens já adquiridos pelo ICMBio, os objetos de doação e os bens já inventariados pelo Grupo de Trabalho conjunto IBAMA e ICMBio que estão sendo incorporados por etapa concluída.
2. A Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, encontra-se em fase de definição quanto à participação do IBAMA e ICMBio nos recursos arrecadados.

  
**MARCUS ANTONIO OLIVEIRA SANTIN**

**CRC/DF 5399**

